

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

MILAGRE ECONÔMICO:
A QUESTÃO ÍNDIGENA NO LIVRO DIDÁTICO
(1950-1970)

IRIS LÚCIA MARTINS DE SOUZA

IRIS LÚCIA MARTINS DE SOUZA

**MILAGRE ECONÔMICO:
A QUESTÃO ÍNDIGENA NO LIVRO DIDÁTICO
(1950-1970)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Profa. Ms. Rita de Cássia Guimarães Melo.

Uberlândia, Agosto de 2.004.

IRIS LÚCIA MARTINS DE SOUZA

**MILAGRE ECONÔMICO:
A QUESTÃO ÍNDIGENA NO LIVRO DIDÁTICO
(1950-1970)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Rita de Cássia Guimarães Melo

Ms. Celso Noburo Uemori

Ms. Fabio Piva Pacheco

DEDICATÓRIA

À minha mãe, mesmo não compreendendo
o meu trabalho, incentivou-me aos estudos.
A Rita, minha segunda mãe, pelo seu amor.
Ao Júnior, companheiro de tristezas e
alegrias.

Às pessoas que colaboraram diretamente e
indiretamente para que este trabalho se
concretizasse

AGRADECIMENTOS

A vida que me trouxe aqui, mesmo com muitas dificuldades, possibilitou-me a apresentar o trabalho que aqui proponho.

Aos meus amigos que cultivei ao longo destes anos de vida e faculdade, cada um, contribuiu para que eu percebesse a vida através de suas dúvidas, tristezas, alegrias, amores e desamores.

A minha orientadora Rita de Cássia, que aceitou o desafio para realização dessa pesquisa, compartilhando dúvidas e angústias.

A banca examinadora, Celso Noburo Uemori, Fabio Piva Pacheco, por aceitarem o convite.

Ao Instituto de História, pela oportunidade da minha inserção no curso, e pelas aulas que pude assistir.

Aos funcionários do CDHIS e MUSEU DO ÍNDIO, por dispor dos documentos pesquisados para este trabalho.

Ao João Batista, secretário da Coordenação de História e amigo, sempre dedicado e solidário.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
-------------	---

INTRODUÇÃO.....	8
-----------------	---

CAPÍTULO I

1. BREVE COMENTÁRIO DA POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO 1930-1970.....	12
2. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “INDIO” NA SOCIEDADE E NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	20

CAPÍTULO II

1. BREVE COMENTÁRIO DA REGIÃO AMAZÔNICA 1900-1970.....	33
2. “PROJETO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL” – CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA.....	40
3. A RODOVIA TRANSAMAZÔNICA E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
FONTES DOCUMENTAIS.....	63
BIBLIOGRAFIA.....	64

RESUMO

O Brasil é um país que se constitui historicamente por relações sócio-culturais entrelaçadas pelas experiências das populações africanas, européias e indígenas, experiências estas que se misturam a costumes e tradições. Conseqüentemente, o contexto econômico, social e cultural, formou-se ao longo dessas inter-relações. Foi nesse contexto de relações históricas que a população indígena conseguiu sobreviver ao longo dos quinhentos anos, negociando e resistindo.

Portanto, o “índio” é conceituado por estereótipos que são construídos politicamente e socialmente, tanto na literatura, nos romances, na História Oficial, sendo reproduzidos na sociedade por meio da fala e da escrita. Um dos reprodutores de conceito “índio” e que é de alcance de muitos brasileiros no processo de aprendizagem (a educação institucionalizada) é o livro didático.

Nesse contexto, pensando na importância do livro didático resolvi pesquisar a política que envolve a fabricação dos livros didáticos nas décadas de 40 a 70 e analisá-los no período de 70 a 74 para compreender a ausência da temática indígena nos conteúdos pedagógicos. Nesse período, o governo Médici tendo como objetivo a política do “milagre econômico” que visava a “Integração Nacional”, se concretizando com a construção de rodovias, principalmente com a Rodovia Transamazônica ligando o Nordeste ao Peru cortando a Bacia Amazônica, teve como consequência a destruição das populações indígenas que habitavam a Amazônia.

INTRODUÇÃO

O interesse por essa temática se deu através de um seminário que participei, o qual tratava das políticas indigenistas e indianistas do período do regime militar. Optei pela parte das políticas indigenistas no período da construção da Rodovia Transamazônica de 1971 a 1972¹. Deparei com informações sobre esse período cujo teor de extermínio das populações indígenas foram alarmantes, a apologia das políticas desenvolvimentistas do Brasil e o projeto do milagre econômico. Essas informações não se encontram disponíveis nas escolas, nos livros didáticos, pelos professores, mas são de extrema importância para o conhecimento do processo de extermínio sistemático empreendido pelos governos desse período, contra as populações indígenas e a construção de preconceitos que carregamos referentes a estes fatos. E, forte do senso comum que os índios são “preguiçosos”, “atrasados”, “vendem as riquezas de suas reservas para os exploradores”, “são selvagens”. Penso que esta questão referente à população indígena fica à margem do ensino escolar, sendo comemorado oficialmente o “Dia do Índio”, remetendo ao passado e não ao presente.²

A partir dessas reflexões resolvi pesquisar as questões das populações indígenas do período de 1969-1974, durante o governo do General Emilio Médici, cuja política foi marcada pelo desenvolvimento econômico que ficou conhecido como “milagre econômico”, e que teve com base projetos que estavam ligados à expansão territorial, ou seja, o desenvolvimento econômico estava ligado à expansão territorial do Brasil, principalmente a região norte que havia sido pouco explorada por governos anteriores. Para concretizar a expansão, projetou a construção de rodovias que ligassem o Sudeste, Centro-

¹ Transamazônica (BR-230), ela foi construída na direção leste-oeste, partindo do Nordeste no sentido do oeste da Amazônia, atravessando os Estados do Tocantins, Pará e Amazonas, onde cruza com a Rodovia Manaus -Porto Velho (BR-319), precisamente na cidade de Humaitá, às margens do Rio Madeira. É uma rodovia com quase 3 mil quilômetros de extensão – a construção foi paralisada no Governo Geisel, para nunca mais ser reiniciada, transformando-se assim no maior cemitério de máquinas e equipamentos do Brasil.

² O dia do Índio foi comemorado no Brasil, pela primeira vez, em 1944, desde então, sempre em Abril o dia 19 é dedicado ao Índio. Comemorado principalmente nas escolas, que todos nós temos lembrança de participar.

Oeste e Nordeste com o Norte do país, e em 1970³ inicia-se a construção da Transamazônica “carro chefe do projeto” que deveria ligar o Nordeste com a fronteira do Peru, cortando o norte do Brasil.

Para que este projeto se concretizasse tinha que viabilizar os recursos financeiros e povoamento. O financeiro foi resolvido por meio de empréstimos dos Estados Unidos da América⁴ e o povoar era preciso um programa juntamente com o INCRA⁵ e a Funai⁶.

A maior parte do contingente populacional da região Amazônica, era de população indígena que se encontrava e se encontra até hoje nessas terras, sendo uma “pedra no caminho” para o desenvolvimento econômico que visava a integração nacional.

Portanto, como os livros didáticos do período do “milagre econômico” trabalharam as informações sobre as populações indígenas? Sabendo que os jornais – O Estado de São Paulo, O Estado de Mato Grosso, O Estado de Minas, o Correio de Uberlândia, a revista Veja, e autores como Darci Ribeiro, Shelton Davis, estavam denunciando as atrocidades referentes ao enfrentamento das populações indígenas com a construção da rodovia Transamazônica. Quais os interesses políticos, econômicos e sociais têm para que o livro não faça reflexões de temáticas que visam melhor compreender as populações indígenas.

Ao resgatar a história das populações indígenas presentes na Bacia Amazônica temos como proposta trazer para o meio acadêmico do curso de História assuntos que permeiam o contexto histórico brasileiro. Pois, apesar do assunto referente ao período da ditadura no Brasil ser explorado em diversas disciplinas, ainda existe falta de fontes documentais por parte dos historiadores, cabendo pesquisar os livros de antropólogos para nortear a temática.

Para que haja uma tentativa de diálogo na minha pesquisa temos que desnudar nosso conhecimento adquirido através do livro didático em relação às populações indígenas e fazermos outras leituras. Para concretizar esta pesquisa utilizarei as fontes de jornais e revista – O Estado De São Paulo, O Estado de Mato Grosso, O Estado de Minas Gerais, O Correio de Uberlândia, Sucursal de Brasília, Tribuna de Minas e alguns jornais de fonte

³Dia 16 de junho de 1970, foi editado o Decreto-Lei nº 1.106, que criava o Programa de Integração Nacional, o qual, em seu art. 2º, diz que a primeira etapa do referido programa “*será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém*”.

⁴ Banco Interamericano e Banco Mundial

⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁶ Fundação Nacional do Índio

desconhecida; revista Veja e Fatos e Fotos do período 1970 a 1974 - existentes no Museu do Índio de Uberlândia⁷, que mencionam a construção das rodovias e as consequências para as populações indígenas na Bacia Amazônica. Em relação aos livros didáticos analisados pesquisados no CDHIS⁸, mas cabe ressaltar que não tinha muitos exemplares disponíveis.

Seria impossível discutir nesta pesquisa, de forma exaustiva e profunda, todos os caminhos e descaminhos da política educacional brasileira nos quinhentos anos. Por isso mesmo, torna-se necessário selecionar o tópico – livro didático - fazendo breve comentário que ajudará compreender como o livro foi introduzido em nosso sistema educacional, quais objetivos e porque a ausência da questão indígena nos livros didáticos brasileiros do período do Projeto de Integração Nacional. Sem pretender encobrir de forma representativa toda a gama de ações governamentais no campo da educação. Para fazer o resgate da temática do livro - A política do livro didático do autor João Batista Araújo e Oliveira contribui teoricamente para compreender o processo político do livro didático, dado base para desenvolver a pesquisa no sentido de perceber quais os conteúdos pedagógicos que faz necessário para o ensino/aprendizado nas instituições escolares do Brasil.

Proponho estabelecer um panorama sobre a construção da imagem do “índio” na sociedade brasileira e nos livros didáticos, imagem que permeia até hoje o imaginário social brasileiro, consciente ou não, contribuiu de uma forma ou de outra, no extermínio de “índios”. Foi nesse contexto de construção da imagem que o País estabeleceu suas bases de “mito” e “preconceito” para com as populações indígenas.

Por último proponho dissertar sobre as consequências das invasões na Bacia Amazônica de 1900 a 1970 embasando-me no Livro de Darci Ribeiro - Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno e no de Shelton Davis- Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil -, visando compreender as diretrizes políticas do governo Médici em desenvolver e colocar em prática o “Projeto Integração Nacional” permeado de discursos calcados no “Milagre econômico” tendo respaldo para os setores industriais, nacionais e estrangeiros. Através das rodovias, principalmente a rodovia Transamazônica, as consequências sobre as populações indígenas

⁷ MUSEU DO ÍNDIO – R. Carajás, 296 – B. Lídice (34) 3236-3707

⁸ Centro de Documentação e Pesquisa em História – Programa de Pós-Graduação em História – av. João Naves de Ávila, 2160- Bloco Q- Campus Sta. Mônica – Universidade Federal de Uberlândia (34)3239-4236

foram desumanas. Assim, pretendo buscar em jornais as atrocidades e a resistência dessa população que contribuiu e contribui para a construção da História do Brasil e que os livros didáticos se voltam para afirmar ao contrário.

Ao abordar cada um dos capítulos focalizarei especialmente o “índio” no período da Construção Rodovia Transamazônica, discutindo a política do “Projeto de Integração Nacional” do governo Médici (1969-1974), juntamente com as reportagens dos jornais da década de 70. Outro elemento que contribuiu para o enriquecimento da pesquisa foi o discurso do presidente Médici proferido em Manaus em Outubro de 1970 com base nos ideais políticos de seu governo, que mostrou quais os interesses para colocar em prática o “Projeto de Integração Nacional” que implicava em atender aos interesses do mercado econômico interno e externo.

CAPITULO I

1. BREVE COMENTARIO DA POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO 1930-1970

Existem muitos trabalhos acadêmicos referentes à temática da educação no Brasil. Esses estudos preocupam-se com os desafios econômicos, políticos e culturais que permeiam o universo educacional, dentro do qual é consenso a importância do livro didático no processo ensino aprendizagem, sendo constituído, muitas vezes, a única referência de pesquisa tanto para o aluno quanto para o professor.

“A importância do livro didático não se restringe aos seus aspectos pedagógicos e a sua possível influencia na aprendizagem e no desempenho do aluno. O” “mercado” criado em torno do livro didático faz dele importante mercadoria econômica”⁹

Segundo João Batista, o livro didático é importante por seu aspecto político e cultural, a medida em que reproduz e representa os valores da sociedade em relação à sua visão da ciência, da história da interpretação dos fatos e do próprio processo de transmissão do conhecimento. No entanto, a avaliação sobre a eficiência de um livro didático é muito difícil, devemos considerar a diversidade do público alvo, os conteúdos necessários para a aprendizagem/ensino, os interesses políticos que envolvem os conteúdos pedagógicos. Segundo o autor, o livro didático, enquanto instrumento educacional, permite a passagem da cultura oral à cultura escrita. Portanto o livro didático brasileiro enquanto transmissor de

⁹ Oliveira, João Batista Araújo – A política do livro didático/João Batista Araújo e Oliveira, Sonia Dantas Pinto Guimarães, Helena Maria Bousquet Boméry. – São Paulo: Summus; Campinas: ed. Universidade Estadual de Campinas, 1984. p.11

valores reproduz a imagem construída estereotipada em relação às populações indígenas ao longo da História brasileira.

De acordo com o autor, os relatos sobre a história do livro no processo de apropriação no ensino institucional brasileiro, se deu a partir das “cartas manuscritas que professores e pais de alunos “forneciam”¹⁰ e que até o século XIX, os livros que eram usados nas escolas brasileiras vinham de Portugal. O certo é que as cartinhas eram usadas pelos Jesuítas para ensinar a ler e a escrever as noções do catecismo no Brasil, e isso originou a “literatura propriamente didática”.

Portanto, os manuais didáticos foram permeados pelo envolvimento das conseqüências de institucionalização do sistema educacional brasileiro e adoção de uma identidade nacional. Segundo Bárbara Freitag, o livro didático não tem uma história própria no Brasil, “sua história não passa de uma seqüência de decretos, leis e medidas governamentais que sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade”¹¹

conforme João Batista, no governo Getulista, o livro didático foi utilizado como instrumento legitimador dos interesses do Estado Novo, ou seja, o livro foi apropriado pelos dominantes para que os seus interesses fossem defendidos e difundidos, o que explicitou o desejo de se constituir uma realidade nacional homogênea.

Em 1931 foi elaborada a Reforma Francisco Campos, ou, Reformas Capanema, que influíram na organização dos livros didáticos em Unidades, antes eram divididos em pontos. No entanto, segundo o autor, as reformas Capanemas introduziram alterações nos programas curriculares, que interferiam no processo de produção do livro e na forma como os participantes envolvidos nesse processo agiram.

As áreas de História, Geografia e Estudos Sociais, a partir da Reforma Capanema, foram integradas e deram origem a Educação Moral e Cívica - cujo objetivo era ater o conhecimento pátrio à base do conformismo e vinculação de valores e atitudes condizentes.

¹⁰ Oliveira, João Batista Araújo – A política do livro didático/João Batista Araújo e Oliveira, Sonia Dantas pinto Guimarães, Helena Maria Bousquet Boméry. – São Paulo: Summus; Campinas: ed. Universidade Estadual de Campinas, 1984, p.23.

¹¹ Freitag, Bárbara – o livro didático em questão/ Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta, Wanderley Ferreira da Costa. – São Paulo: Cortez:Autores Associados,1989. p.11

“As alterações introduzidas no ensino seriam, por sua vez, responsáveis pelas varias fisionomias que o livro didático veio assumido com o tempo. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a introdução da cadeira de “Estudos Sociais”, reunindo os conteúdos da historia, geografia e ciências numa única disciplina”¹²

João Batista declara que a Lei Capanema formulada no período do Estado Novo teve como primeira medida governamental¹³ “legislar e controlar o livro didático”, recebida com “manifestações de aplausos”. Mas a complexidade em torno da questão do livro didático, como: a alteração da forma de fabricação e a produção dos livros didáticos brasileiros ao longo de 1940 a 1970 interferiram diretamente nas escolas brasileiras, cujos teores estavam voltados mais para o político-ideológico do que para o “conteúdo” e suas formas de ensinar.

Portanto, o Decreto Lei nº 1.006, artigo 3º ressaltava que a partir de 1º de Janeiro de 1940 a produção do livro didático seria de responsabilidade do MEC – Ministério da Educação, que autorizaria quais os livros didáticos seriam adotados pela escola brasileira, e sem essa autorização os livros não poderiam ser usados por nenhuma escola brasileira. O artigo 5º da mesma lei ressaltava que os poderes públicos não poderiam determinar a obrigatoriedade de adoção dos livros sendo livres as escolas a escolherem seu material pedagógico, mas desde que tivesse a autorização do Mec.

O Decreto Lei 1006 representa a manipulação política dos governantes para controlar o uso dos livros didáticos pelas escolas, pois a lei dava uma sensação de liberdade para as escolas, mas escamoteava os interesses políticos.

¹² Freitag, Bárbara – o livro didático em questão/ Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta, Wanderley Ferreira da Costa. – São Paulo: Cortez:Autores Associados,1989. p. 24.

¹³ Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938 e o primeiro artigo dizia Art. 1º - É livre, no país, a produção ou importação de livros didáticos, desde que impressos em língua portuguesa.

O mesmo Decreto Lei nº 1.006, criou a CNLD¹⁴ – comissão nacional do livro didático, formada para examinar os livros e indicar as alterações que eles teriam que sofrer para serem autorizados.

*“No exame de determinados livros, a CNLD poderia, na sua decisão, indicar modificações a serem feitas no texto original da obra examinada para que se tornasse possível à autorização de seu uso. Nesta hipótese, depois de modificada, deveria a obra ser novamente submetida ao exame da Comissão para decisão final (artigo 13,parágrafo 2º)”.*¹⁵

Também,

*“Estaria incluídos no rol de suas competências um conjunto de atribuições, tais como: examinar e proferir julgamento dos livros didáticos que lhe fossem apresentados; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; indicar livros de valor para serem traduzidos e editados por poderes públicos e ainda, sugerir abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país”.*¹⁶

Assim, os livros didáticos passavam por um rígido processo seletivo para serem autorizados e confeccionados, sendo que os participantes dessa comissão eram pessoas

¹⁴ Julho de 1941 aguardavam 1.986 livros para serem avaliados, mas em Dezembro do mesmo ano 340 livros estariam examinados, assim a solução era contratar examinadores extras, causando conflitos com as empresas editoras de livros, pois eles tinham que esperar a autorização para confecciona-los, ou então corriam riscos de imprimir obras reprovadas pela comissão.

¹⁵ Freitag, Bárbara – o livro didático em questão/ Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta, Wanderley Ferreira da Costa. – São Paulo: Cortez:Autores Associados,1989 p. 33.

¹⁶ Idem, p. 33.

ligadas ao governo, cabendo aos professores que viviam a realidade das escolas, a tarefa de aplicar o conteúdo selecionado.

“Criada no mesmo Decreto-lei 1.006, essa comissão seria inicialmente composta de sete membros, designados pela Presidência da República e escolhidos entre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologia das técnicas.”¹⁷

João Batista conclui com os critérios avaliativos do Decreto-Lei 1.006. No artigo 20¹⁸ continha mais impedimentos à autorização sobre a questão “político-ideológico” do que “à didática” propriamente. Percebe-se que a preocupação com o teor moral e cívico permeou as diretrizes da produção dos livros didáticos no Brasil.

A política em torno da fabricação do livro didático não levava em conta as diversidades regionais. Para João Batista “O livro passa a ser visto e utilizado mais como instrumento de gerência do que como instrumento pedagógico”¹⁹, pois o Decreto-Lei nº 1.006 sofreu alterações conforme as dificuldades e controvérsias Burocráticas da política na produção do livro didático, houve dois pontos que ajudaram na constituição do livro didático no Brasil, no período do Estado Novo: o da nacionalidade do ensino e o do

¹⁷ Freitag, Bárbara – o livro didático em questão/ Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta, Wanderley Ferreira da Costa. – São Paulo: Cortez:Autores Associados,1989 p. 33.

¹⁸ a- o livro que atende, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional; b- que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação; c- que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais; d- que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria; e- que encerre qualquer afirmação ou sugestão que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira; f- que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões; g- que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras; h- que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais; i- que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa; j- que atente contra a família ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais; k- que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana

¹⁹ Freitag, Bárbara – o livro didático em questão/ Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta, Wanderley Ferreira da Costa. – São Paulo: Cortez:Autores Associados,1989, p. 73.

movimento de Juventude Brasileira. O primeiro ponto, o fortalecimento da política de nacionalização, propôs reformulação do ensino primário brasileiro sendo que seus conteúdos fossem vinculados aos ideários de “Nação”. O objetivo era tirar das escolas brasileiras influências dos grupos de imigrantes estrangeiros que aqui viviam. Mesmo com a reformulação do artigo 1º acrescentando mais três artigos²⁰, o Estado continuou a intervir na produção do livro didático. O segundo ponto, o Movimento de Juventude Brasileira, era uma organização nacional que questionava a educação brasileira, mas a partir dos anos 40 o movimento passou a promover o caráter cívico nas escolas, como atividades de caráter patriótico em datas especiais do “calendário Histórico”.

A partir das reformulações no período Getulista a política em torno do livro didático nas décadas seguintes foi permeada de dificuldades, tanto na fabricação, quanto na distribuição, ou seja, na teoria e na prática. Percebe que os interesses políticos sobressaíram no processo de fabricação dos manuais didáticos dos cursos primários, secundários e técnicos. Tanto é que na confecção dos livros didáticos havia os participantes diretos e indiretos que ganhavam: o governo, as editoras, os autores, as transportadoras, as distribuidoras etc. todos envolvidos em uma grande empresa rentável – a educação.

O debate em torno do “livro didático” foi intenso e João Batista ressalta que nos períodos de 70 a 80 as manifestações parlamentares sobre o assunto não tiveram consenso, continuando o problema sem solução: auto custo dos livros didáticos para o governo brasileiro, distribuição desigual nas escolas tanto para as urbanas como para as rurais, a quantidade excessiva de livros para a Comissão Nacional do Livro Didático examinar. O autor afirma ainda que o livro didático sendo um instrumento que compõe a instituição escolar e, por sua vez, fazendo parte da política educacional inserida num contexto histórico e social foi conturbado e indefinido.

Nos governos do período militar, na tentativa de resolver os problemas do livro didático, criaram o projeto que estabeleceu acordo com o MEC e USAID²¹ e criação da

²⁰ art. 2º - a produção de livros didáticos impressos em língua estrangeira é apenas permitida para os cursos secundários e superior. Art. 3º - a importação de livros didáticos em língua estrangeira, e que se destinarem a escolas primárias, dependerá de autorização especial do MEC. Art. 4º os livros impressos em língua estrangeira, produzidos no país ou importados com infração ao disposto nos artigos 2º e 3º respectivamente, ficam sujeitos à apreensão por parte do MEC.

²¹ Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) ²², como objetivos para expandir gratuitamente o livro técnico e didático para os estudantes brasileiros.

Segundo Freitag, esse acordo com os Estados Unidos, restringiu os manuais didáticos a seguir “extrusões” e “orientação” do assessores americanos, visavam tirar a influência européia da educação brasileira, para substituir pelo dinamismo do desenvolvimento técnico e econômico do país. A COLTED em cinco anos foi constituída por irregularidades desde a produção e distribuição de livros didáticos, em 1971 pelo Decreto nº 68.728. Na década de 70 a produção e a distribuição do livro didático ficaram mais complexas, pois os parlamentares não chegavam a consenso de uma definição.

Portanto, ao longo da problemática em torno do livro didático, percebe através dos livros analisados para esta pesquisa, que os conteúdos do período da década de 70 retratam a complexidade e o teor ideológico cívico. A História construída através de ícones heróicos, por exemplo, a figura de Tiradentes, a importância do Hino nacional, elementos que faziam os estudantes reproduzirem a “Historia de Cima”, a “Historia de baixo”, como dos “negros” e “índios”, em muitos livros eram personagens secundários, e muitos reproduziam estereótipos preconceituosos.

O processo da apropriação do livro didático pelo governo Federal implica que os setores ligados à educação ficam a margem da complexidade e da elaboração, cabendo a eles reproduzirem, ou não, os conteúdos pedagógicos. Logo, a educação no Brasil refletia o contexto histórico e social e o livro didático tornou-se, assim, mais um objeto que concretizava a carência de uma política educacional voltada aos interesses de diferentes grupos sociais. O que continuou e continua ocorrendo é a utilização do livro como um dos mecanismos de instrumento de dominação social.

A autora Circe Bittencourt, em seu texto referente à imagem feminina no livro didático analisa as reformas educacionais no período de 70, e quais as relações que essas reformas mantêm com o Estado, com o mercado editorial e com as escolas públicas.

²² Decreto-Lei nº59.355 – Fica instituída, diretamente subordinada ao ministro de Estado, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos.”

“Portanto, dominam nestes livros conteúdos com fortes tendências discriminatórias, devido ao tratamento deturpado da realidade social. A compreensão deste fenômeno exige a análise da própria natureza do livro didático”.

O livro didático enquanto expressão de um certo conhecimento, esta inserida no bojo de um contexto mais amplo por vários motivos: porque visa a formação/educação de um cidadão apto a se ajustar e a contribuir para uma sociedade “moderna” porque reflete a forma como esta sociedade pensa a si mesma em termos de sua constituição histórica, o que se refere a uma certa memória oficial, em termos de seu funcionamento, de sua dinâmica social e, por fim, em termos de seu destino histórico rumo ao futuro; e também porque o livro didático faz parte, enquanto mercadoria, de uma indústria cultural que precisa reproduzir-se enquanto empresa. De forma que o livro didático esta inserida, ao mesmo tempo no mundo moderno da cultura, do trabalho, da tecnologia e do consumo.”²³

Portanto, a forma como a temática do “índio” foi inserida no livro didático é ainda mais difícil de ser analisada, justamente porque ele tornou-se gradativamente ausente do cenário pedagógico. No período da construção da Transamazônica ressaltam nos conteúdos dos livros didáticos a importância do desenvolvimento econômico para o país, a elaboração do projeto, a importância do projeto, e os resultados positivos econômicos com o aparato governamental, mas as consequências negativas, para as populações indígenas, não têm referência. O “índio” para muitos passa a não ter significado como sujeito histórico, por não enquadrar nos moldes “racionalmente” que a sociedade capitalista exigia. Nesse sentido, o indivíduo visto com valores “capitalista” não compreende porque há terras para “índios” se eles não produzem para atender os anseios do mercado econômico. O homem dito “civilizado” se acha no direito de apropriá-las para objetivar seus interesses econômicos.

²³ Bittencourt Circe - caderno espaço feminino –Uberlândia – UFU-2000, p. 42

2. Construção da imagem do índio na sociedade e nos livros didáticos

*“Sabemos todos que somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas: os corajosos índios, os estóicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos. Quem de nós ignora que da mestiçagem nasceu o samba, no qual se exprime a energia índia, o ritmo negro e a melancolia portuguesa?”*²⁴

No Brasil há um mito que não temos preconceito, do índio, do negro, e dos demais povos que aqui se encontram, portanto, porque então achamos que os índios são “selvagens”, “atrasados”? Porque suas reservas são invadidas constantemente? Os discurso que permeiam o senso comum, não condizem com as práticas no cotidiano brasileiro, mascarando o mito de um país que respeita as diversidades culturais e sociais. Sobre os “índios” existem chavões utilizados pelos dito “civilizados” brasileiros, por exemplo, quando querem remeter a algo que não gostam - uma festa - dizem “aquilo é programa de índio”. Chavões como este reafirmam que vivemos em uma sociedade hipócrita que apropria da construção do mito - da “miscigenação”- para negar que existe discriminação de vários grupos existente no Brasil. Mito que encobriu e encobre extermínios de milhares de índios brasileiros ao longo da história.

No período do Segundo Império, o envolvimento do Imperador D. Pedro II, em criar uma identidade nacional, em relação à representatividade do país para os europeus e para sim mesmo foi expressiva. Em 1834 cria-se o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – os participantes são as elites econômicas e literárias carioca, D. Pedro II participante assíduo das reuniões tinha como objetivo criar figuras heróicas brasileiras, assim, a figura do “índio”, mesmo os membros do IHGB não contendo informações que

²⁴ Chauí, Marilena – Brasil mito fundador e sociedade autoritária – São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 06

compunham o cenário indígena, foi apropriada e representada como: habitantes primitivos dessa terra – Brasil -, “exóticos e originais”.

*“Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam os romances épicos que traziam chefes e indígenas heróicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem. Os antigos dicionários de nossas línguas nativas feitos pelos jesuítas passaram a ser estimado, pois neles se escolhiam termos indígenas que poderiam ser entremeados às estrofes dos novos poemas”*²⁵

A história indígena brasileira no Império foi construída a partir de atos heróicos, cujos romances, poemas, músicas e as pinturas, retratavam não a realidade, mas os interesses voltados para o preenchimento e a justificativa de uma lacuna na história nacional para a “classe dominante”.

“ O índio despontava assim como um exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Diante de perdas tão fundamentais – o sacrifício em nome da nação e o sacrifício entre os seus -, surgia a representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país”²⁶

Na década de 70 aconteceram grandes modificações no mundo científico, no exterior e no Brasil, o romantismo de José de Alencar – Iracema, O Guarani - a imagem do “índio”, de “pureza”, “originais”, sofreu questionamentos referente à questão indígena, sendo ela uma imagem ligada ao “atraso”. No entanto, foi criticado pelos outros autores e

²⁵ Schwarcz, Lílían Moritz - As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p. 136.

²⁶ Idem, p. 136.

pesquisadores, como Joaquim Nabuco que defendia a idéia de um Brasil inserido no movimento mundial, as idéias liberais – civilização, progresso - justificando a superioridade da “raça branca européia” – teorias racistas - perante à outros povos.

Portanto, como o Brasil se enquadraria nesses pressupostos racistas? Como definir a “pureza racial”, ou seja, se fizerem uma pesquisa, todos os brasileiros têm descendência dos povos indígenas , africanos e europeus.

Assim, para defender uma identidade nacional, houvera uma exaltação das teorias da mestiçagem, o cenário do Brasil a fusões das raças negras e indígenas com a raça branca. Uma Nação que compunha elementos raciais e que era tolerável. Percebe que a construção da imagem do índio foi constituída a partir das mudanças sócio econômicas e políticas do mundo, mas todas as imagens expressaram o etnocentrismo nos vários discursos construídos.

A ideologia da mistura racial teve fatores políticos que estruturaram as novas relações sociais no Brasil, desde a conquista dos portugueses sobre os povos que aqui estavam. Conquistas no sentido de apropriação de suas terras, mas também conquistas feitas no campo das relações sociais, ou seja, os “homens brancos” apropriaram das terras indígenas e de suas imagens, elaboraram e utilizaram a partir de seus interesses econômicos, políticos e sociais.

Cabe ressaltar que a imagem indígena que perpetuou no senso comum, foi a imagem construída durante o Império “dócil” “selvagem”, “o índio” no estado de natureza.

No período da construção da Transamazônica o discurso de “atrasados”, “selvagens”, foi utilizados juntamente com o discurso “Projeto de Integração Nacional”, para justificar as explorações das terras e dos minerais do Norte do país, dando continuidade à crueldade da “raça branca” para com as populações indígenas. Negando-lhes os direitos como sujeitos históricos, que participaram e participam na construção da História do “Brasil”. Percebe-se que os estereótipos usados para definir os “índios” pelo senso comum oscilavam de acordo com os interesses de determinado grupo social.

Ao pesquisar os livros didáticos da década de 70 percebe-se que os autores reproduziram a imagem construída das populações indígenas de “dócil” e ou “selvagens”, contribuindo para perpetuar um quadro estereotipado historicamente construído desde o período colonial português.

No período de 69 a 74 a política econômica governamental do governo Médici - “Milagre econômico” - ocasionou impacto destruidor em relação às populações indígenas. Porém os livros didáticos não tem nenhuma referência sobre as populações indígenas. Portanto, qual a imagem que os livros didáticos traziam em seus conteúdos?

Nos livros didáticos a figura do “índio” permaneceu como povo ausente, imutável, que não saiu do primeiro capítulo, ou mencionadas como componente da formação da nacionalidade brasileira; algumas vezes tido como vítimas de uma terrível “injustiça histórica”, outras como o verdadeiro senhor da terra. Os “índios” não surgiram enquanto sujeitos concretos dotados de trajeto próprio, participantes de guerras e controles de espaços geográficos e instrumentos de conquistadores, que foram visíveis na política de “Integração Nacional” a partir de sua resistência e negociação.

Os livros didáticos trazem o “índio” como personagem do passado da história brasileira, que contribuiu no período colonial –descobrimento do Brasil -. No período do Império o índio foi idealizado no seu estado de natureza, na república ele se tornou um atraso para a sociedade neoliberal a partir das teorias racistas – miscigenação - .

Portanto a imagem dos “índios” no livro didático, sejam eles da década de 70 como os de hoje, aparece no contexto histórico brasileiro, para expor as temáticas como: no “descobrimento” do Brasil, relata a chegada da Caravela de Pedro Álvares Cabral, em uma terra nova, onde eles se deparam com os “índios”, fizeram trocas de presentes, ou seja, os índios trocaram seus produtos de uso, por espelhos e bugigangas oferecidos pelos europeus, eram inocentes, andavam nus, imagem reproduzida a partir da Carta de Caminha “dócil e inocente”. Aparece, também, em um capítulo “heranças culturais”, retratando o que os índios contribuíram para nossa cultura brasileira tanto na língua nas comidas e nos costumes, e alguns livros trazem algumas linhas referentes a década de 60, dos irmãos Villas Boas e a construção da reserva do Xingu, Funai. Outros trazem um capítulo específico sobre “O milagre econômico”.

Referente ao período do “Milagre econômico” os autores dos livros didáticos da década de 70, fizeram recortes dos fatos ocorridos. A complexidade dos fatos os autores, João Camillo, Maria Efigênia Lage de Resende – Ana Maria de Moraes, Francisco M. P. Teixeira – Jose Dantas, Ládmo Valuce, simplificaram os acontecimentos, as questões

indígenas foram ausentes neste período em todos os livros pesquisados. No entanto, é certo, o processo/aprendizagem se torna limitando a partir de conteúdos simplistas.

Segundo a Carta Aberta – outros 500, os “livros escolares terminam de reforçar” a imagem do “índio” no passado “existiam povos indígenas no Brasil” .

A grande maioria dos livros didáticos escolares termina por reforçar esta visão de "índio aculturado" ao representar o indígena como um povo praticamente extinto (em geral, os livros didáticos mais tradicionais costumam utilizar o verbo sempre calcado em um tempo distante "existiam povos indígenas no Brasil", "os índios viviam da caça e da pesca") e, quando presente, culturalmente descaracterizado. Pouquíssimos livros dão-se ao trabalho de discutir as diferentes histórias destes grupos indígenas em seu contato com o invasor europeu e sua atual situação no contexto nacional. Como se a figura do indígena brasileiro, enquanto grupo cultural distinto, simplesmente desaparecesse após o capítulo Brasil Colônia. Admitindo apenas algumas honrosas exceções como os grupos do Xingu e Amazônia, porém, exceções que só fazem confirmar a regra. Por tudo isso, não é de se espantar o assombro que muitas pessoas tem ao perceberem que "ainda existem índios" no Brasil. Principalmente quando estes índios encontram-se no entorno de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.²⁷

Portanto, o conteúdo da carta, mostra que a população indígena ficou a par da omissão dos ditos “brancos” no processo educacional brasileiro. Eles existem, não são peças de Museu, são pessoas que estão lutando para os direitos como agente histórico presente, que construíram e constroem a história desse território chamado Brasil. Os professores e lideranças Guaranis têm consciência da importância do livro didático como

²⁷ CARTA ABERTA – OUTROS 500 Nós, professores e lideranças Guarani reunidos na aldeia de Sapukaí nos dias de 28 fevereiro a 04 de abril na aldeia Guarani de Sapukaí/RJ, no I Encontro Nacional de Educadores Guarani – vindos dos estados de SC, MS, ES, SP, PR e RJ –

formadores de conhecimento, principalmente referente a eles, indignam-se, pois nas escolas do Brasil não se discute o papel das populações indígenas no processo histórico. Aparecem como “selvagens”, “atrasados”, mas não como vítimas de um sistema acumulativo de propriedade privada, da crueldade da cultura Ocidental, que lutaram com os “civilizados” na conquista territorial e culturalmente no Brasil.

Somos superiores! Discurso que permeia o cotidiano de muitos brasileiros, e em sala de aula muitos professores não tem preparação para a temática indígena, e acabam reproduzido o que o livro traz.

“Nas escolas a questão das sociedades indígenas, freqüentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil de 1500 aos dias atuais.”²⁸

A imagem do “índio” no livro didático brasileiro foi construída com estereótipos homogêneos e preconceituosos, não respeitando as diversidades das populações indígenas.

“Praticamente todos os livros informam coisas semelhantes e privilegiam os mesmos aspectos da sociedade tribal. Assim, todos os que lerem aqueles livros saberão que os índios fazem canoas, andam nus, gostam de se enfeitar e comem mandioca, mas, por outro lado, ninguém aprenderá nada sobre a complexidade de sua vida ritual, as relações entre esta e sua concepção do mundo ou da riqueza de seu sistema de parentesco e descendência.”²⁹

²⁸ Grupioni, Luis Donisete Benzi – Índios no Brasil/org. Por Luis Donisete Benzi Grupioni. São Paulo:secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 16

²⁹ Grupioni, Luis Donisete Benzi – A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus/org. Aracy Lopes da Silva e Luis Donisete Benzi Grupioni – Brasília: Mec/Mari/Unesco, 1995. p. 27.

A homogeneidade começa no nome “índio” mas quem são? Eles são diferentes nos aspectos físicos? Suas comidas são iguais? Qual o sentido da música e da dança? A construção da imagem do índio que a sociedade dita “civilizada” eternizou e que reproduz dia-a-dia, é que são “Índios” .

A partir dos livros didáticos pesquisados, no período de 70 o capítulo referente a Construção da Transamazônica, reforça a importância de uma rodovia para a conquista da região Amazônica, mas as consequências tanto para a flora, para a fauna e para as populações indígenas foram ignoradas. João Camillo de Oliveira Torres através de seu livro didático Estudos Sociais: Educação Moral e Cívica .

“A Transamazônica

a 15 de Agosto de 1968, o governo Federal define sua política de desenvolvimento e conquista da Amazônia. O planejamento de construções rodoviário é reformulado no sentido de estabelecer ligações terrestres entre os atuais centros do poder político e econômico.

Tais ligações deveriam abranger as áreas longínquoas e despovoadas do país. As dificuldades para a construção foram previstas e enfrentadas. Pois, a partir de Marabá, onde penetra na selva, o trecho da Transamazônica se constitui em pântanos.

“Paralelamente a abertura da Transamazônica, processa-se o trabalho de colonização realizado pelo INCRA. Em cada um dos trechos que fica pronto, surgem em suas margens pequenas agrovilas, que são entregues aos colonos na maioria nordestino.

“concluída e entregue ao trânsito a Transamazônica permite, que, partindo de qualquer capital do Nordeste, centro-oeste, Sudeste e Sul, o Brasil esteja ligado além dos países do Prata e dos Andes. Isto significa simplesmente, que agora, como no passado, não somente o helicóptero de salvamento penetrara à região. Agora, mais do que nunca, está aberto o campo turístico para esse novo mundo

*“Por isso mesmo, em virtude de ser a região um mundo “desconhecido”, é necessário que se leve até ele, tudo que temos do lado de cá, trazendo daquela realidade territorial macroscópica força e abundância, tudo aquilo que se nos apresenta o “inferno Verde” da Amazônia”.*³⁰

O autor traz as informações da construção da Rodovia Transamazônica, em uma página e meia colocou a finalidade, as dificuldades que o governo iria enfrentar, e a importância de penetrar no “inferno verde”. Primeiro ponto a questionar através desse conteúdo, é o de que a região Amazônica estava “despovoada”³¹, portanto, nesta região encontravam as populações ribeirinhas que viviam nessa região, ao longo dos quinhentos anos de invasões, e as populações indígenas que fugiram das outras regiões (Sudeste, Sul, Nordeste) se encontraram refúgio na região Amazônica e as populações indígenas que já tinham como habitat a Amazônia. Segundo ponto, as dificuldades previstas eram somente os pântanos, a questão indígena, que a frente desenvolvimentista considerava problema, a FUNAI ficou responsável em achá-los e pacificá-los para que não entrassem em conflitos com os operários que estavam construindo as rodovias. Terceiro ponto, a região Amazônica “novo mundo” serviria para o turismo. Quando a caravela de Pedro Álvares Cabral chegou ao “Brasil” eles apropriaram e exploraram as riquezas do “Novo mundo”, escravizaram e exploraram as populações indígenas. No período da transamazônica esta visão de “Novo mundo” em relação às populações indígenas foram de escravizá-los e explorá-los, enfim, o autor traz para o livro didático a negação das populações indígenas como sujeitos históricos.

As autoras Lage & Moraes, são mais concisas. No capítulo oito, elas dão o título das transformações econômicas e sociais no Brasil República, que resumiram a construção da Transamazônica. Ao ler o índice do livro, surge uma curiosidade, pois o título é chamativo, mas no corpo do livro a temática é colocada em três linhas, ou seja, toda a gama de complexidade da política econômica do “Milagre econômico” e resumida em três linhas,

³⁰ Torres, João Camillo de Oliveira - Estudos Sociais: Educação Moral e Cívica volume II . Edições Júpiter. 1973 –3ª edição. P. 88, 99,100

³¹ DESPOVOADA, adj. Que não é habitado; ermo; abandonado; s.m. lugar desabitado (Dicionário Aurélio)

percebe-se que o processo de ensino/ aprendizagem do aluno através desse livro será limitado.

Capítulo 8 – Transformações econômicas – Sociais no Brasil Republica
O programa de integração econômica da Amazônia com a instalação do
*Porto livre de Manaus e o início da abertura da Transamazônica.*³²

O autor Francisco M. P. Teixeira – Jose Dantas – Estudos de História do Brasil volume II império e república, cita a substituição do governo da república e as diretrizes econômicas, mas quais diretrizes? Portanto, cabe questionar como estes livros passaram pela comissão do livro didático, cuja responsabilidade era analisar e autorizar a produção dos livros didáticos, barrando livros que não traziam informações com responsabilidades. Percebe que o governo ao tentar viabilizar o livro didático para nortear as aulas com o teor ideológico, reduzir o conhecimento ao estreitamento de uma complexidade – dogmática - .

Substituto das Diretrizes econômicas
*“Emilio G Médici, 1969-1974”*³³

Outro caso é o livro do autor Ládmo Valuce que escreveu o livro – Historia do Brasil – ensino de primeiro grau. Ed. Do Brasil S/a.SP.1973, que não fez referencia ao período do governo Médici, período de efervescência da política econômica. O governo Médici anunciou a construção da Transamazônica no ano de 1970, o livro do autor foi publicado em 1973, mesmo sendo recente e pertinente o assunto ele não teve o compromisso de citá-lo em seu livro.

³² Lage & Moraes – Maria Efigênia Lage de Resende – Ana Maria de Moraes – Historia Fundamental do Brasil: Estudo dirigido e pesquisa Volume 2. ed. Bernardo Álvares s/a. BH.1972

³³ Teixeira, Francisco M. P. – Jose Dantas – Estudos de Historia do Brasil volume II império e república. Ed. Moderna Ltda. SP. 1974. p.190

“o governo de Médici procurou aumentar a produção agrícola, incentivar a indústria, combater a inflação e modernizar o ensino.

Foi dado um grande impulso nas comunicações e na abertura de rodovias, principalmente aquelas que procuram ligar a Amazônia com o resto do Brasil. Porto Velho-Manaus, Cuibá-Santarém e Transamazônica.

Em 1972 o Brasil comemorou o sesquicentenário da Independência.³⁴

As informações no livro da autora Maria Januária, são confusas, no sentido que nesse período a temática tem um teor importante. Primeiro ponto a ser analisado, quais projetos o Governo Médici fez para resolver as questões da “produção agrícola, incentivar a indústria, combater a inflação e modernizar o ensino”? Segundo ponto, quais os interesses políticos e econômicos do presidente Médici? Sabendo que o governo Médici em 1.969 lançou o (PIN) Plano de integração Nacional, que visava construções de rodovias que cortaria a região Nordeste e Norte do país, a autora não contemplou na elaboração de seu livro as informações referentes à temática. Terceiro ponto, a comemoração do sesquicentenário da Independência, desconecta com as outras informações, a autora não se preocupou em elaborar um texto informativo, com definições claras, simplesmente elegeu informações, sem a preocupação de esclarecimentos dos fatos.

Portanto, os livros didáticos pesquisados para esse trabalho, as populações indígenas no período do “Milagre Econômico” não foram mencionados, deixando a lacuna no processo/aprendizagem dos alunos brasileiros. Percebe-se que os livros como instrumento do processo educacional no Brasil trouxeram no período do “Milagre Econômico” temáticas que enalteciam a estrutura política econômica do governo, a grandeza e a importância da construção da Transamazônica, mas as vítimas, tanto os Nordestinos, os operários, e as populações indígenas, ficaram à margem. O livro didático foi utilizado para mostrar a história de “cima para baixo”.

³⁴ Santos Maria Januária Vilela – História do Brasil: 6ª série 1º grau- 3 ed. SP. Ática.1975. p. 149-150

O extermínio das populações indígenas, não se deu somente no período do “Projeto de Integração Nacional” no governo Médici, aconteceu desde a chegada dos europeus, que permearam a história brasileira, cujas as conseqüências não foram relatadas em nenhum capítulo dos livros didáticos pesquisados, mesmo tendo várias pesquisas, jornais, sendo publicados em forma de denúncias. Por exemplo, o relato abaixo referente ao massacre³⁵ dos índios Cintas Largas no vale do Jiparaná, que foram atingidos por uma fronteira da economia extrativista em 1.963.

“O pequeno avião monomotor já havia feito dois rasantes sobre a aldeia e agora, mais abaixo, quase tocando com as rodas nas folhas das árvores, se aproximava fazendo grande ruído. Na maloca, os índios corriam para dentro de suas palhoças e no meio do terreiro as mulheres e crianças choravam desorientadas. De repente, uma explosão levanta palha, madeira, terra e corpo de gente. Em seguida outra explosão e o avião desaparece sobre a copa de uma grande castanheira para dar mais uma volta e sobrevoar a aldeia. Ele ganhou alguma altura e desta vez vem de pique sobre o acampamento. Com o barulho do motor não dá para escutar o ruído dos tiros, mas em suas janelas se vê o braço de um homem trepidando com o pipocar de uma metralhadora. As pessoas saem correndo das poucas casas que ainda restam e a maioria tomba a alguns metros adiante, sem alcançar o mato para se proteger. Assim foi exterminada quase um tribo inteira de índios Cinta Largas, no Estado de Mato Grosso, em meados de 1963. Bananas de dinamite eram jogadas sobre as malocas e os índios que conseguiram sobreviver ao primeiro ataque foram alvejados a tiros de metralhadora. Ao todo, ali viviam trinta índios, mas apenas dois puderam contar essa história.

Após terem metralhado um grupo de índios acampados junto a um rio, os homens da expedição ouviram um choro de criança, abafado pela mão da mãe. Para os que deviam regressar na manhã seguinte com a missão

³⁵ Ficou conhecido como “Massacre do Paralelo Onze”

*cumprida, aquele pequeno ruído mostrava que o serviço não fora perfeito. Rapidamente eles acendem as lanternas e saem vasculhando o mato. Sob dois corpos crivados de balas estavam escondidas mãe e filha. Os homens que as encontraram fizeram uma festa. Dois tentavam violentar a mulher e um beliscava a garotinha que chorava, vendo a aflição da mãe. Em volta, fechando o círculo, o grupo se divertia. Nas mãos dos dois nordestinos fortes a mulher índia se debatia. Nesse instante, aproveitando um descuido, a criança libertou-se, correu em socorro da mãe e, com raiva, mordeu a perna de um dos homens. A mulher em pânico tentava cuidar da menina e, ao mesmo tempo, livrar-se dos homens que a violentavam. O homem com a perna mordida foi substituído por outro, afastou-se da índia e com ódio começou a estrangular a criança. Alguém, querendo terminar com o espetáculo paralelo que atrapalhava o primeiro, tomou a menina das mãos do seu estrangular e lhe deu um tiro de pistola 45 na cabeça. A testa da garotinha explodiu e o sangue salpicou a roupa dos que estavam em volta. Vendo a filha morta, a mulher não resistiu e desmaiou. Indefesa nas mãos dos chacinadores, a índia foi violentada por todos e depois retalhada a falcão.*³⁶

Depois desse massacre o governo criou a reserva, do Parque Indígena Aripuanã em 1968, mas este território tinha grandes fontes de minerais e era cobiçado pelas grandes empresas mineradoras e pelo governo. De 1.971 a 1.972, a reserva Aripuanã foi constantemente invadidas pelas grandes mineradoras para explorarem os minerais, “os índios” lutaram. Em março de 1.972 o diretor do Parque Apoema Meirelles denunciou que o contato tanto da FUNAI quanto dos trabalhadores foram prejudiciais para o “índio”. Descreveu o encontro sangrento entre trabalhadores e índios relatado em uma carta direcionada à FUNAI:

³⁶ Revista Fatos e Fotos RJ – 18 de Abril de 1968

*Em menos de quatro anos, as terras dos Cintas-Largas e Suruí foram epidemias já deixaram sua marca, e as tribos já deram os primeiros passos na longa estrada para a miséria, a fome e a prostituição de suas mulheres... Eu prefiro morrer lutando ao lado dos índios em defesa de suas terras e seus direitos do que viver para amanhã vê-los reduzidos a mendigos em suas terras*³⁷

A partir desses relatos tristes, os autores dos livros didáticos foram apáticos, em relação à realidade brasileira. Portanto, para este trabalho fez se necessário pesquisar outros meios de comunicação como jornais regionais e nacionais, e revistas, para compreender os fatos acontecido no período do Milagre econômico.

³⁷ Davis, Shelton H. – Vitimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil –Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 113

CAPITULO II

1. Breve comentário da região Amazônica – 1900 a 1970

A invasão da região Amazônica deu-se desde a exploração da madeira do “Pau Brasil”. Darci Ribeiro em sua obra o “Índio e a Civilização” refere-se a integração dos povos indígenas de 1900 a 1957 e nos remete a questionar o que faz uma sociedade compactuar com tão genocídio contra uma pessoa(as), pois “o índio” não é somente “O INDIO”, mas uma pessoa, e seus direitos são garantidos, como reza o estatuto da população civil³⁸.

Segundo Darci Ribeiro desde a chegada dos europeus nas terras de Vera Cruz, existem registro de confrontos entre índios e colonos; o segundo tomando posse das terras indígenas, e o primeiro defendendo-as. O autor ressalta que a Amazônia é a região mais antiga de ocupação européia no Brasil, no século XVII nesta região, soldados e colonos portugueses instalaram-se para expulsar os franceses, ingleses e holandeses na disputa de domínio. Estes encontraram produtos como cravo, canela, cacau, salparrilha, baunilha, a copaíba para exploração comercial, atendendo às necessidades do mercado europeu, e utilizaram a mão-de-obra escrava das populações indígenas. Mas este desenvolvimento da colonização da Amazônia não ficou restrito à economia mercantil extrativista, porque para o autor no século XX as lutas persistiram.

“O século XX encontra os índios da Amazônia em condições de vida muito semelhantes àsquelas do tempo dos descimentos para as missões religiosas e para o trabalho escravo no Brasil colonial. Ao longo dos cursos d’água

³⁸ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

navegáveis, onde quer que pudesse chegar uma canoa a remo, as aldeias eram assaltadas, incendiadas e sua população aliciada. Magotes de índios expulsos de seus territórios perambulavam pela mata, sem paradeiro. Para qualquer lado que se dirigissem deparavam com grupos de cauchueiros, balateriros, seringueiros, prontos a exterminá-los.”³⁹

No processo de exploração de produtos da Amazônia no início do século XX, para atender ao mercado internacional e nacional, os exploradores não tiveram limites para concretizar seus objetivos, se fosse preciso matar, exterminar populações inteiras, faziam. Darci Ribeiro relata o encontro dos seringueiros com as populações indígenas, e as consequências destruidoras que esse encontro representou para eles, pois o seringal foi um tipo de exploração que destruiu os seus habitats. Suas terras foram invadidas, a estrutura familiar foi corrompida, suas mulheres foram vítimas de abusos sexuais, os homens foram submetidos ao regime de exploração, fazendo com que as populações deixassem seus lares para ocuparem outras zonas que não tinham seringueiras, o que provocou mudanças no ambiente, fato letal, pois os “índios” deixaram para trás seus conhecimentos de plantas medicinais e seus instrumentos de sobrevivência.

Darci Ribeiro coloca que o índio foi esmagado por vários setores de exploração e expansão econômica, desde seus produtos naturais, pelas grandes fazendas de café, gados, pela formação de cidades, construções de ferrovias, linhas telegráficas. Suas terras foram sendo apropriadas, eles foram expulsos ou exterminados, tudo para que o desenvolvimento econômico do Brasil fosse realizado.

Em 1910 formou a SPI – Serviço de Proteção aos Índios - na tentativa de proteger os “índios” tornando-se obrigação do Estado a defesa de seus direitos. Mas o objetivo da SPI não foi alcançado visto que a pacificação não funcionava na prática, pois os conflitos entre “índios” e “invasores” continuaram, ocorrendo mortes e expulsões destes de suas terras. Ao final Darci Ribeiro conclui que “na verdade a obra de pacificação atende mais as necessidades de expansão da sociedade nacional que aos índios”⁴⁰

³⁹ Ribeiro, Darci – Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed.- Petrópolis: Vozes, 1986. p. 23.

⁴⁰ Idem. p.187.

Os interesses da expansão e da exploração territorial e econômicos das terras indígenas ultrapassam os objetivos de preservações deles, pois a cada encontro com os pacificadores o que ocorreria era a perda do espaço da tribo.

“a pacificação de uma tribo tem representado sempre a redução de seu território de caça e coleta, invadido por extratores de produtos da mata, agricultores ou criadores de gado, conforme a economia dominante da região”⁴¹

Darci Ribeiro em sua pesquisa realizada em 1957 mostra ainda que de 1900 a 1957 mais de 80 tribos indígenas entraram em contato com a sociedade brasileira e foram exterminadas através de doenças e contaminações, foram reduzidas de 1 milhão para menos de 200 mil. Nas áreas de expansão agrícola seis tribos foram extintas, na expansão da pecuária 13 tribos e nas áreas de extração de borracha e castanha 59 foram destruídas.

Segundo o autor Shelton Davis, em 1967 as críticas internacionais e nacionais se voltaram para o SPI acusando os dirigentes de envolvimento com os crimes cometidos contra as populações indígenas, fatos que contribuíram para sua extinção criando-se no mesmo ano a FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Na tentativa de tirar a má impressão do poder estatal, cabe ressaltar que a exploração das terras indígenas continuaram juntamente com suas mortes. De acordo com o autor desde a década de 40 no governo do presidente Getúlio Vargas juntamente com empresários dos Estados Unidos têm-se a intenção de desenvolver a região Amazônica para explorar as riquezas minerais.

No final da década de 50 a construção da nova capital do Brasil – Brasília- e a Rodovia Belém-Brasília tinha terminado. Em 1960, os Estados de Mato Grosso, Goiás e Pará estavam entre as maiores áreas agrícolas e pastoris do Brasil. Nesse período de 50 a 60 houve uma imigração interna para a região Central do Brasil, mas a “região oeste da Amazônica”, não tinham grande imigração.

⁴¹Ribeiro, Darci – Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed.- Petrópolis: Vozes, 1986. p.202.

Em 1953 o governo Getúlio Vargas criou leis para o estabelecimento da Petrobrás na Bacia Amazônica, também fez recuo no incentivo estatal para as companhias estrangeiras para dificultar o acesso aos recursos naturais da Bacia Amazônica.

Shelton Davis afirma que o golpe militar em 1964 no Brasil foi decisivo para as novas diretrizes de desenvolvimento econômico, principalmente para a Bacia Amazônica, porque durante os governos militares, os recursos naturais da Amazônia foram explorados por vários setores econômicos nacionais e estrangeiros como: exploração de minérios, a “pecuária e agroindústrias”, apoiados pelo poder estatal com incentivos fiscais e tributários.

Em 1970 o Presidente General Emilio Garrastazu Médici anuncia seu plano de desenvolvimento econômico tendo como “carro chefe” o projeto da Construção da Transamazônica. Segundo Shelton Davis, após a visita do presidente Médici ao Nordeste, ele ficou “profundamente abalado” com a miséria e o desespero dos retirantes ao longo das estradas mendigando trabalho e comida. Por isso ele anunciou seu plano de construção da rodovia Transamazônica, cujo objetivo era resolver os problemas agrários e econômicos do Nordeste.

“No papel o plano do Governo brasileiro para colonizar a Amazônia era impressionante. Uma faixa de terra de 100 quilômetros de cada lado da TRANSAMAZÔNICA permaneceria de domínio público e seria distribuída, sob um programa estatal bem financiando, aos colonos vindos do Nordeste. O novo programa seria dirigido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).”⁴²

“No papel”, o programa transmite a segurança de uma política preocupada com a miséria da população nordestina. Mas ao colocar o projeto em prática, o governo não repassou o dinheiro para o INCRA, para realizar a distribuição de terras e dar subsídios aos colonos para sobreviverem nas terras à margem da Transamazônica. Segundo o autor,

⁴² Davis, Shelton H. – Vitimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil –Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 65.

neste contexto os colono Nordestinos foram vítimas, pois acreditaram no discurso do Presidente Médici, mas não receberam estruturas para se manterem nas terras ganhadas, tornaram, assim, vítimas da política dominante.

Mas a questão a ser levantada nesta pesquisa é o descaso referente às populações indígenas, pois eles não faziam parte da política desenvolvimentista do governo, no sentido de em preservação e respeito à suas terras, sendo eles os prejudicados, suas terras foram cortadas pela Rodovia Transamazônica, invadidas pelos colonos, cidades, fazendas, empresas mineradoras. O interesse do “Milagre Econômico” era resolver a questão da distribuição territorial brasileira, pois no sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) concentrava a maioria da população brasileira, mesmo tendo sua faixa territorial pequena, enquanto a Amazônia possuía extensas terras, mas não era povoada.

Segundo Shelton as políticas indigenistas em 1970, tinham a função de viabilizar que o projeto de Integração Nacional fosse colocado em prática, portanto, cabiam a elas fazerem contato com os índios e pacificá-los para protegerem os operários que estavam construído a Rodovia Transamazônica, pois a ocupação tinha que ser rápida e eficaz.

“Antes da construção da Transamazônica os principais agentes econômicos que ameaçavam a integridade territorial das tribos indígenas eram pequenos seringueiros, castanheiros, garimpeiros, roceiros, caçadores e negociantes”⁴³

Os índios no período intenso da indústria seringueira, lutaram muito para permanecerem em suas terras, mas conforme o autor Shelton Davis, o novo programa governamental do período do “Milagre econômico” e as ameaças tinham proporções maiores. A construção da Rodovia Transamazônica e outras rodovias que cortam o Norte e o Centro oeste, a exploração mineral, as fazendas de gado e agrícolas, madeireiras e a presença de multinacionais que negociavam com o governo através de incentivos fiscais,

⁴³ Davis, Shelton H. – Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil –Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 p.106.

enfim, o governo viabilizava tudo para explorarem os minerais, ocasionando um massacre desumano das populações indígenas. Por meio do planejador.

“O planejador torna-se assim, agente do processo de centralização política que, no campo e na região amazônica em particular, manifesta-se como processo de exclusão política ao mesmo tempo. A política de integração nacional, que incorpora espaços ao domínio do grande capital moderno do sudeste e que os retira do domínio da ordem privada, das oligarquias para po-los sob o domínio da ordem pública, por sua natureza autoritária não dissemina ao mesmo tempo os direitos políticos da pessoa ou dos grupos indígenas. Dissemina o poder do Estado, mas não dissemina os direitos da pessoa nem produz o cidadão.o poder de decidir, nesse contexto, não reconhece direitos, mas priva de direitos. O planejador tem sido fundamentalmente um agente dessa privação.”⁴⁴

O governo Brasileiro alegava que, com a construção da Rodovia Transamazônica o Brasil cresceria economicamente, mas não deu o direito às populações indígenas de manifestarem se queriam ou não participar dos acontecimentos.

Portanto, porque os livros didáticos do período de 60 a 70, não trazem estas informações referentes às populações indígenas? Porque no período da Construção da Transamazônica, os livros didáticos não trazem a questão indígena, principalmente, o encontro dos “índios” com os exploradores?. As populações indígenas foram as vítimas diretas do projeto “Integração Nacional”. Mesmo sendo discutido pela imprensa nacional e internacional os problemas originados pelo “milagre econômico”, nas páginas dos livros didáticos não existem em relação aos “índios”. Onde estavam os autores, editores, a Comissão de avaliação do livro didático que fecharam os olhos para a realidade brasileira no período de 1900-1970?

⁴⁴ Martins, José de Souza – A reforma Agrária e os limites da Democracia na “Nova Republica”. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 90

A tentativa desses questionamentos é para que estes públicos fabricantes e usuários do livro didático, percebam a questão indígena, e reconheçam a realidade indígena através da contextualização histórica , para que o (pré)conceito seja revisto em nossa sociedade brasileira.

2. “PROJETO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL” - Construção da Rodovia Transamazônica

O General Emilio Garrastazu Médici foi eleito⁴⁵, e em seu discurso proferido na região da Amazônia em 08/10/1970 tinha com intuito sensibilizar a população, para as condições miseráveis que o povo brasileiro se encontrava, principalmente o “povo Nordestino” depois da seca que avassalou esta região na década de 60. A política do Governo Médici objetivava resolver os problemas da região Nordeste, e a distribuição populacional no Brasil, pois no Sudeste, e no Sul, concentravam a maioria das indústrias e da população brasileira. Ao final de seu discurso, defenderia a necessidade da “integração nacional”, “distribuição de terras” para quem não tinha. O general propunha projetos de interesses políticos/econômicos, o que significava o incentivo aos brasileiros para que se encaminhassem “para as áreas desocupadas do país”. Como a região do Amazonas que estava ali à espera de “braços para constituírem novos pólos de prosperidade e riqueza”.

“Não posso falar à Amazônia sem pensar no Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna. Sei que essa pequena produção esta nas mãos de um décimo da população daquela área.

Constato que, por falta de uma infra-estrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do país, que estão à espera de braços para constituírem novos pólos de

⁴⁵ Eleito em 30 de outubro de 1969 - pelo Congresso Nacional, pelo voto indireto de 293 deputados e senadores, com a abstenção de 76 partidários do MDB e com nove ausências

*prosperidade e riqueza, conheço todo o drama de sua migração para o centro-sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas.*⁴⁶

Dizia ainda que a “imigração para o Centro-Sul” agravava “as aglomerações marginalizadas das favelas”. Nesse período, o problema social originado pela migração dos “Nordestinos” para São Paulo, principalmente, explicitava a necessidade urgente do governo no sentido de planejar uma política econômica social para a região do nordeste. Como planejamento ou mudanças políticas em relação àquela região, implicava em mexer com uma “oligarquia” de quatrocentos anos no poder, a solução proposta, portanto, era a população nordestina guiar para os “núcleos esparsos de produção agrícola e industrial” na Amazônia.

A política do governo, que visava explorar as riquezas da região Amazônica foi expressa de forma clara nesse discurso em 1970:

*“Trago à Amazônia a confiança do povo em que a Transamazônica possa ser, afinal o caminho para o encontro de sua verdadeira vocação econômica e para fazer-se mais próxima e mais aberta ao trabalho dos brasileiros de todas as partes”*⁴⁷

Continuando com seu discurso, para dar início ao Projeto de “integração nacional” o governo anunciou a construção da Rodovia Transamazônica, para viabilizar a exploração do “Mundo Verde”. Dizia ainda que na região amazônica encontraria sua “verdadeira vocação econômica”, e “mais aberta ao trabalho dos brasileiros de todas as partes” o que significava que a construção da Transamazônica tinha o objetivo de atrair os trabalhadores, ou seja, incentivar os brasileiros do país a imigrarem para a região Amazônica, pois havia trabalho, só faltava mão-de-obra.

⁴⁶ Médici, Emilio Garrastazu – Discurso Proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 08/10/70 p.198.

⁴⁷ Idem, p.153

“Nosso esforço inicial será concentrado na Transamazônica, começando em Picos, no Piauí, onde se interliga com a Rede Rodoviária Nordeste, vai atingir Itaituba, depois de passar por Porto Franco, Marabá e Altamira, obra essa entregue ao dinamismo do ministro dos Transportes Mario Andreazza, para servir aquelas regiões cuja ocupação deverá processar-se de pronto e com absoluta prioridade.

Prolongando a estrada até as fronteiras com o Peru e a Bolívia, cortando as Rodovias Cuibá-Santarém e Porto Velho-Manaus.”⁴⁸

O projeto na teoria foi “emocionante” mas na prática foi decepcionante. Num primeiro momento o governo, juntamente com o INCRA, daria apoio às famílias imigrantes. Segundo Shelton Davis, as famílias receberiam do INCRA uma casa modesta, pelos menos 100 hectares de terra limpa, um financiamento pelo Banco do Brasil do Nordeste, um salário mínimo durante seis meses, além de garantia de preços para suas produções agrícolas. “*De acordo com os funcionários do INCRA, entre outubro de 1970 a Janeiro de 1974 só 4.969 famílias se fixaram ao longo da Transamazônica*”⁴⁹. Portanto, o governo não cumpriu sua promessa e o projeto fracassou. Ficou claro que o interesse governamental não era distribuir terras para os colonos, mas fazer da Amazônia um pólo de indústrias, fazendas agropecuárias e exploração de minerais.

A revista veja de 10 de outubro 1970 comenta o discurso “emocionando” do Presidente Médici.

⁴⁸ Médici, Emilio Garrastazu – Discurso Proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 08/10/70 p.198. p. 151-152.

⁴⁹ Davis, Shelton H. – Vitimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil –Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.167.

“ O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, nos sentidos Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3.000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste.

O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção.

Procedente de Manaus, e depois de sobrevoar durante quase três horas a selva amazônica, o chefe do Governo chegou a Altamira às 11 horas, acompanhado de ministros e demais assessores. Após as honras de estilo, seguiu em direção ao centro da cidade, onde foi entusiasticamente recebido pelos 3 mil habitantes de Altamira. Sofrendo os efeitos da alta temperatura reinante — quase 40 graus — o presidente dirigiu-se para o local da solenidade, distante oito quilômetros. Em meio ao caminho, a comitiva entrou por um pequeno atalho, andando cerca de 200 metros abaixo das árvores que escondiam quase completamente a luz do dia, e chegou a uma grande clareira aberta na selva.

Descendo do carro que o conduzia, o presidente hasteou o pavilhão brasileiro em um mastro improvisado no tronco de uma árvore, enquanto uma banda militar tocava o Hino Nacional. Depois, descerrou uma placa de bronze incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito:

"Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde".⁵⁰

⁵⁰ Veja São Paulo, sábado, 10 de outubro de 1970

O presidente, segundo o jornalista da revista Veja, assistiu, “emocionado” ao “corte de uma árvore de 50 metros de altura” iniciando oficialmente a construção da Transamazônica. O processo de depredação pelo qual a região passaria, a partir daí “a conquista”, representou o grande passo para ser inserido no sistema capitalista de produção, metodicamente, o desmatamento da floresta Amazônica e o extermínio sistemático das populações indígenas.

O jornalista descreve o aparato teatral para tornar o acontecimento visível para o resto da sociedade brasileira, “descendo do carro que o conduzia, o presidente hasteou em um mastro improvisado no tronco de uma árvore”, enquanto uma banda militar tocava o Hino Nacional”, significava que os símbolos nacionais como a “bandeira” e o “hino” compunham o cenário de um projeto que visava os interesses de uma “nação” para o “progresso”.

“A comitiva entrou por um pequeno atalho, andando cerca de 200 metros debaixo das árvores que escondiam quase completamente a luz do dia, e chegou a uma grande clareira aberta na selva”. A partir desse trecho da reportagem da Veja, percebe que a exploração da floresta Amazônica estava em ritmo acelerado “grande clareira”. O desmatamento da Amazônia no período do projeto de “integração Nacional”, em proporção com a exploração da floresta pelos portugueses no período colonial, teve proporções maiores. O jornalista Burle Marx, que escreveu para o Jornal Opinião em 1973, que a área em torno da Rodovia Transamazônica estava se transformando em “desertos”.

“o que está ocorrendo ao longo da Transamazônica é ainda mais crítico. Áreas imensas estão sendo destruídas dentro dos esquemas de pastagens e de colonização. Essas áreas estão sendo transformadas em desertos, porque não há conhecimento preciso do que plantar, e do que é melhor para o solo”⁵¹

A sede da conquista do “mundo verde” teve várias vítimas, desde os recursos naturais às populações nordestina e indígena. No caso dos “índios” o projeto do “Milagre

⁵¹Jornal opinião 8/10/73

econômico” contou com o apoio da FUNAI, pois coube ao órgão governamental localizar e pacificá-los, para amenizar o encontro deles com o grande número de trabalhadores na construção da Rodovia Transamazônica. Mas os choques dos encontros não foram amenizados, foram desrespeitados, a imprensa brasileira denunciou as práticas de pacificação, não como sendo de preservação das populações indígenas, mas de escravização e extermínio. Segundo os jornais de 1971, Correio de Uberlândia e Tribuna de Minas, a construção da Transamazônica estava sendo prejudicial às populações indígenas daquela região.

A passagem da estrada levaria para a região do Xingu o mesmo quadro que é agora observado em outros pontos de Mato Grosso, Pará, Bahia e Paraná, onde os chamados “índios Aculturados” vivem em completa miséria entregues as perversões, dominados pelas doenças escravos do alcoolismo, depois de terem perdidos todo o seu acervo cultural substituído com desvantagem por “um arremedo de civilização trazido pelos homens brancos”⁵²

De acordo com o jornalista do Correio de Uberlândia, os “índios” já estavam sofrendo com o processo de construção das rodovias: Br 010 – Belém-Brasília e BR 364 Cuiabá-Porto Velho, que foram construídas antes do governo Médici. Após 1970, a construção da Transamazônica levaria para a Bacia Amazônica a “miséria”, “doenças”, “alcoolismo”. O impacto da “invasão” na região Amazônica mudaria a estrutura cultural das populações indígenas que viviam no local. O Tribuna de Minas foi mais direto, na divulgação das denúncias de extermínio indígenas. Escreveu:

⁵² Correio de Uberlândia - 18/03/71

Brasil um extermínio quase total de raça indígena, por massacres ou mesmo escravização do índio por homens brancos. ⁵³

Referente a política da FUNAI, a partir “de 1970 e 1974, a política indigenista brasileira tornou-se cada vez mais comprometida com a política global de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro”⁵⁴. Ou seja, nesse período, a Fundação Nacional do Índio foi a principal cúmplice nos processos de extermínio contra as populações indígenas na Amazônia. O jornal O Estado de São Paulo de 1971, registrou quais eram as diretrizes que o órgão governamental deveria adotar, referente aos índios. Em 22 de maio de 1971 o presidente da FUNAI, General Bandeira de Mello, em Brasília, demonstrou na sua afirmação, registrada pelo jornal O Estado de São Paulo, que o interesse da FUNAI, era proteger os índios, desde que os interesses da integração Nacional não fossem prejudicados.

*A assistência ao índio deve ser a mais completa possível, mas não pode obstruir o desenvolvimento nacional e os trabalhos para a integração da Amazônia. Essa é uma das diretrizes do Programa da Funai para 1971 – afirmou ontem o general Bandeira de Mello, presidente da Funai, ao pronunciar conferência para os alunos da Academia Nacional de Política, em Brasília.*⁵⁵

Em 14 de Agosto de 1971 o jornal O Estado de São Paulo, registrou o sucesso da FUNAI na atuação no contato com as populações indígenas, cujo objetivo era evitar os atritos com os trabalhadores na construção da Transamazônica que estava dando resultados positivos.

⁵³ Tribuna de Minas - 23/03/71

⁵⁴ Davis, Shelton H. – Vitimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil – . – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.104.

⁵⁵ Jornal O Estado de São Paulo . 22/05/71

A Funai espera encontrar ao longo da Transamazônica cerca de 10 mil índios, sendo que 3500 em total isolamento, 500 em contato eventual com o homem civilizado, 1000 em contato permanente e 5000 já integrados, segundo ainda o general Bandeira de Mello, que assistiu a partida da equipe de penetração.

Ate agora a Funai vem alcançado exido no trabalho realizado ao longo das rodovias de integração nacional, sem registrar atritos entre índios e civilizados, e nesse campo atua há mais de um ano, segundo Bandeira.⁵⁶

Portanto, a política governamental de Integração Nacional – “Milagre Econômico”, visava à construção da Rodovia Transamazônica cortando a Amazônia. O percurso inicial da rodovia era passar fora das tribos que existiam na região, em 1971 o percurso foi mudado e a rodovia Transamazônica passou dentro das “tribos Parakanân”, e da reserva Xingu, intensificando os conflitos. Segundo a reportagem de fonte desconhecida em 10 de Maio 1971, esta decisão não partiu da FUNAI, mas assumem que a reserva das populações indígenas, não poderiam ser barreiras para o progresso do Brasil.

Irritado com a controvérsia suscitada pelo fato de a rodovia Cuiabá-Santarém cruzar o Parque do Xingu, o presidente da Funai, general Bandeira de Mello, afirmou durante entrevista que concedeu ontem em Brasília que não é cobiça de polemica.

O general defendeu a rápida aculturação das tribos isoladas pois, ao contrario, seria prejudicado o Plano de Integração Nacional, na abertura de estradas como a Transamazônica e a Cuiabá Santarém.

⁵⁶ Jornal O Estado de São Paulo . 14/08/71

*Desde que, pelo traçado inicial a Transamazônica contornava o Parque Nacional do Xingu, e agora vai atravessa-lo e a decisão não partiu da Funai.*⁵⁷

Portanto, através da reportagem de fonte desconhecida, percebe que o roteiro do percurso da Rodovia Transamazônica adentrou na reserva Xingu. Mas o projeto de “Integração Nacional” não viabilizou somente a construção da Transamazônica, o governo também anunciou em 1970 a construção de mais duas rodovias como “a BR 165 ou Rodovia Santarém-Cuibá, de norte a sul, atravessando a Região Centro-Oeste; e a BR 174, ligando Manaus a Boa Vista (Roraima), ao longo da fronteira setentrional com a Venezuela e a Guiana”⁵⁸. Segundo Shelton Davis a viabilização dos projetos das rodovias, se deu a partir de vários fatores. O primeiro ponto foi o papel importante do DNER- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que assumiu o planejamento da construção das estradas, que teve como objetivo formar uma rede unificada de estradas, atendendo a interesses civis e militares, visando a integração nacional. Segundo ponto, os batalhões do Exército brasileiro de engenharia, que a partir de 1970, começaram a construir estradas, linhas de comunicações, com toda parafernália de máquinas e conhecimentos técnicos. Terceiro ponto, os empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial. Quarto ponto, a assistência técnica estrangeira, como as técnicas modernas de fotografia aérea e reconhecimento por satélite. Segundo o autor em 1970 o governo anunciou o projeto RADAM, para fotografar e mapear a Bacia Amazônica, estes ponto ajudaram na rapidez que foi o avanço da construção das rodovias brasileiras na Bacia Amazônica.

Vários indigenistas brasileiros como os irmãos Villas Boas⁵⁹ foram contra, alegando que os índios seriam os prejudicados, mas “Altos funcionários da FUNAI responderam a esses protestos alegando que o Parque era uma “falsa experiência” que estava bloqueando

⁵⁷ Jornal desconhecido - 10/05/71

⁵⁸ Davis, Shelton H. – Vitimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil – . – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p.89

⁵⁹ Orlando Cláudio Villas Boas e Leonardo Villas Boas.

“o progresso e desenvolvimento do Brasil”⁶⁰, ou seja, o “índio” não teria que estar em uma reserva, mas participar diretamente da economia nacional.

Percebe-se que às diretrizes econômicas do governo não foram para a conservação da cultura indígena, mas conduziram politicamente o processo de “aculturação”. A sucursal de Brasília, registrou as denúncias do indigenista Antonio Cotrim Neto sobre os problemas que a FUNAI estava passando como: falta de verbas para a manutenção do órgão, falta de planejamento e fiscalização do trabalho da FUNAI na pacificação dos “índios”. De acordo com o sertanista, quando a FUNAI monta um posto indígena seu objetivo é tirar o “índio” de seu sistema tradicional de economia de subsistência e lançá-lo na economia de mercado. O índio historicamente tem como relação econômica objetivos de produção de subsistência. Assim, continua Antonio Cotrim, “os índios são lançados a um sistema econômico no qual não têm condições de competir e, portanto de sobreviver”. Antonio Cotrim se desligou da FUNAI em maio de 1972.

*A FUNAI não está obedecendo as diretrizes do grupo de trabalho que traça as diretrizes as ação do órgão para atração e pacificação das tribos isoladas que habitam a faixa de influência da Transamazônica. Há problemas no planejamento do trabalho, faltam medidas de profilaxia para proteção dos índios que serão atraídos, e não há racionalização na distribuição da verba destinada a Funai pelo Plano de Integração Nacional. Estes problemas foram apontados pelo sertanista Antonio Cotrim Neto, que trabalhou na área e agora desliga-se da Funai.*⁶¹

Em pequena nota registrada no O jornal do O Estado de São Paulo, percebe-se que as políticas indigenistas adotadas no período da construção da Transamazônica “comete erros” em relação à pacificação dos “índios”. Erros denunciados pelo indigenista Antonio Cotrim citados acima.

⁶⁰ Davis, Shelton H. – Vitimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil –Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 86.

⁶¹ Sucursal de. Brasília - 1972

A FUNAI comete erros na Transamazônica, diz sertanista. “sobre política indigenista da suc. Brasília “cuidado sanitário começa tarde.”⁶²

O jornal O Estado de São Paulo registra a “ameaça” que a Rodovia Transamazônica, trouxe para as populações indígenas,

A sobrevivência cultural e física de 50 mil índios que vivem na Amazônia esta ameaçada pela construção da Transamazônica – segundo relatório divulgado recentemente pela “associação Britânica para Proteção dos Aborígenes”. Mas a culpa –segundo o documento não pode ser totalmente imputada ao governo Brasileiro.

“as acusações de que as autoridades brasileiras são cúmplices senão responsáveis pelo genocídio – afirma o relatório – devem, ao contrario, ser dirigidas ao sistema econômico insaciável que esta a ponto de criar graves danos ao frágil sistema ecológico que chamamos selva amazônica.”⁶³

A reportagem do Estado de São Paulo, expõe que “sobrevivência cultural e física de 50 mil índios que vivem na Amazônia está ameaçada pela construção da Transamazônica” cujas as responsabilidades e culpas de omissões e extermínios dos “índios” na região Amazônica, cabem ao governo, à política “integralista” , mas também aos órgãos privados nacionais e estrangeiros. O projeto do “Milagre Econômico” estava inserido no contexto das relações econômico, político e social, cujos os interesses econômicos capitalistas ditaram as regras. Segundo a “Carta aberta – outro 500” o cacique Alexandre, nos dá uma demonstração de como os interesses econômicos guiaram e guiam

⁶² Jornal O Estado de . São Paulo – 24/05/72

⁶³ Idem, - 11/01/73

a política de exploração dos recursos naturais e a escravização dos “dominados” no Brasil, que permearam nossa história durante 500 anos.

*Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arabutan. Uma vez um perguntou-me: por que vindes vós outros, maírs e perôs (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: - e porventura precisais de muito? - Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. - Ah! Retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, - acrescentando depois de bem compreender o que lhe dissera: - Mas esse homem tão rico de que me falais não morre? - Sim, disse eu, morre como os outros.*⁶⁴

⁶⁴ CARTA ABERTA – OUTROS 500, professores e lideranças Guarani reunidos na aldeia de Sapukaí nos dias de 28 fevereiro a 04 de abril na aldeia Guarani de Sapukaí/RJ, no I Encontro Nacional de Educadores Guarani

3. A Rodovia Transamazônica e as Populações Indígenas

*Calcula que no percurso projetado para a Transamazônica vivam de 03 à 04 mil índios e há, no ministério do interiro, ainda que nada se revele oficialmente, uma grande preocupação chegando repentinamente, pode provocar nessas tribos, algumas das quais se encontram em estado primitivo.*⁶⁵

Através dessa reportagem de 17 de julho de 1970, percebe-se que a região da Amazônia não estava “despovoadas”, nela viviam de “03 a 04” mil índios, foram as tribos que não tinham feito contato com a FUNAI. A Amazônia representava para essas pessoas, seu meio habitat, caçavam, pescavam, plantavam tudo para sua sobrevivência. A partir do momento que as suas terras são invadidas por outras pessoas, principalmente para apropriar do seu meio habitat, geram conflitos de ambas as partes. O Jornal O Estado de São Paulo registra esta colisão.

*Os choques entre índios e civilizados recrudeseram em vários pontos da Amazônia e estão ocorrendo na medida em que, atraídos pelas terras às frentes de colonização chegaram para disputa-las com os silvícolas. Por isso a Funai já enfrenta problemas no Pará, no Maranhão e em Mato Grosso.*⁶⁶

A reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, em primeiro momento demonstra o preconceito intrínseco em nossa sociedade. Analisando como o jornalista do jornal O Estado de São Paulo, refere-se “o choque entre índios e civilizado”, entende-se que o

⁶⁵Jornal desconhecido - 17/07/70

⁶⁶ Jornal O Estado de São Paulo - 05/09/72

“índio” então é “selvagem”. Está fora de dúvida que a construção do estereótipo do “índio” permeia nossa sociedade. Segundo ponto, percebe-se que o discurso do presidente Médici, que dizia que a Amazônia precisava ser “ocupada”, os imigrantes ‘atraídos pelas terras às frentes de colonização chegaram para disputá-las com os silvícolas”, gerando conflitos desumanos. Por exemplo, o encontro da população Parakanas com os funcionários que estavam construindo a Transamazônica. Segundo o jornalista do jornal O Estado de São Paulo, os “índios” no gesto de reconhecimento do “homem” invasor de suas terras, têm atitudes de “curiosos diante de um homem louro e outro cabeludo” de “tentativa de reconhecimento do outro” encostaram sua cabeças nas dos homens brancos, numa tentativa de entender a língua falada por eles” e depois de “resistência”, os índios encontraram um rádio de pilha ligado e levaram o objeto que, posteriormente, flecharam e abandonaram “.

“No último encontro com os trabalhadores que durou 40 minutos, índios Parakanãs, curiosos diante de um homem louro e outro cabeludo, encostaram sua cabeças nas dos homens brancos, numa tentativa de entender a língua falada por eles. Mais tarde, os índios encontraram um radio de pilha ligado e levaram o objeto que, posteriormente, flecharam e abandonaram. A nota do DNER esclarece que, nem por isso, os índios foram hostis aos trabalhadores.”⁶⁷

O jornal Correio de Uberlândia, também registrou o encontro dos Parakanas com os funcionários da “Construtora da Mendes Júnior” na Construção da Rodovia Transamazônica.

“As frentes de trabalho da construtora Mendes Junior na Transamazônica foram atacadas três vezes na ultima semana por índios, não se sabe se

⁶⁷ Jornal O Estado de São Paulo - 19/05/71

Parakanans ou Araras, que depois de saqueá-las, raspam as cabeças dos operários com capim navalha.

Os ataques têm sido registrados entre os rios Anapu e Cutuere, na região do Tocantins e enquanto os índios cercam os trabalhadores com flechas as suas mulheres saqueiam os teodolitos, viveres e roupas.

Depois dito, raspam, com capim navalha, os cabelos e as sobrancelhas e com forma de agradecimento, obrigam todos a dançar.

As turmas de trabalhadores, apesar de armados, não revidam as agressões, porque sabem que os ataques indígenas não fazem maiores conseqüências, mas ficam sem viveres, roupas e equipamentos até que venham novos carregamentos, em aviões da empresa.”⁶⁸

Neste encontro entre os trabalhadores da Rodovia Transamazônica com a população indígena “os ParaKanas. Conforme relataram os jornalistas do jornal O Estado de São Paulo e Correio de Uberlândia, os trabalhadores da rodovia estavam armados e não revidaram aos ataques dos Parakanas. Porém, esta afirmação feita pelos jornalistas, tem que ser questionado Mais de acordo com Shelton Davis, em 1970 a Rodovia Transamazônica cortaria o território dos índios Parakanas, então, no primeiro momento, os agentes da FUNAI fizeram uma expedição de pacificação dessa população,mas o autor ressalta que a pacificação levou para a tribo gripe, causando mortes de várias pessoas indígenas. No segundo momento, em 1971 os trabalhadores da Transamazônica invadiram o território dos Parakanas, no contato inicial os homens deram aos índios presentes, para atraí-los. Terceiro momento, os Parakanas sofreram o impacto do “invasor”, suas mulheres foram violentadas, a estrutura “tribal” prejudicada pelos ataques constante dos trabalhadores. Até mesmo os próprios agentes da FUNAI cometeram abusos contra as mulheres índias. Segundo Shelton, os índios trocaram seus ornamentos por armas e munições, este encontro reduziu a população a 80 pessoas.

⁶⁸ Jornal Correio de Uberlândia - 11/07/71

O encontro das populações indígenas com os trabalhadores em torno da Rodovia Transamazônica, a cada dia foi marcado por conflitos. Segundo Shelton Davis, em maio de 1972, o indigenista Antonio Contrim Soares Neto saiu da FUNAI, alegando a falta de apoio ao órgão, e revelou à imprensa brasileira que a infecção da tribo Parakanan com doenças venéreas não foi um incidente à parte, mas que ao longo da Rodovia Transamazônica este era o quadro brutal das tribos que foram pacificadas pela FUNAI.

Epidemias causam a morte de 100 xavantes na rodovia Brasília-Belém, Um surto de gripe e sarampo causa a morte de 100 índios xavantes que vivem na região de Sangradouro, em Mato Grosso, aos cuidados de uma missão religiosa, de acordo com as informações chegadas a Brasília. Epidemias desse tipo tem surgido com mais intensidade, na região desde que foi liberada BR 070, que liga Brasília a Cuiabá e passa pelas terras dos Bororos e Xavantes a partir de então, os índios começaram a viajar para outras cidades e na volta traziam doenças contagiosas, logo transmitidas a todo o grupo indígena.

Os Bororos, por exemplo, foram atacados em massa pela tuberculose, que, de acordo com exames médicos realizados na comunidade comprovaram a existência da doença em 400 silvícolas. Os religiosos responsáveis pela proteção aos índios dizem que não é possível retê-los em seus acampamentos, em vista do interesse que demonstram em conhecer outras localidades. Os Bororos – hoje reduzidos a poucas centenas – já foram maior população indígena do País, espalhando-se desde o Pantanal mato-grossense, na fronteira com a Bolívia, ate o Triangulo Mineiro.

Outro grupo ameaçado, por motivo diferente, é o dos nhambiquoras. Doações (em dinheiro, transporte e alimentos) feito por fazendeiros e pecuaristas do vale Guaporé, em MT, onde os índios estão instalados, fizeram que a Funai acelerasse o processo de remoção, já determinada há um ano. Os nhamiquoras passarão para uma reserva de terras estéreis e

onde já vivem tribos tradicionalmente rivais o que forma remotos as possibilidades de convivência harmônica.

As terras atuais dos índios estão sendo ocupadas por companhias civilizadoras que receberam da Funai certidões negativas quando à existência de silvícolas. Apesar disso, as empresas constataram que nelas vivem mais de 450 elementos dos subgrupos galera e sararé, o que as levou a fazer doações para apressar a transferência.

Os índios galeras e sararés sofreram já diversos surtos de moléstias epidemias, desde que entraram em contato com os civilizados. O último deles atingiu toda a população de menos de 15 anos de idade. Os nhambiquoras dividem-se em 16 grupos, disseminados por todo o território mato-grossense, havendo, entre eles, diferenças de cultura e língua. A precariedade de sua situação já havia sido denunciada pelo sertanista Antonio Cotrim Neto, antes de ser demitido da Funai. A Fundação justifica as certidões negativas entregues como “determinação de escalão superior.”⁶⁹

De acordo com o jornal O Estado de Mato Grosso em agosto de 1972, não foi somente a população Parakanas que sofreu as conseqüências da política econômica brasileira, outras populações indígenas como: “xavantes que vivem na região de Sangradouro “em Mato Grosso , “Bororos” , “os nhambiquoras”, foram vítimas, também da política econômica integralista.

O jornal O Estado de São Paulo, alerta em suas páginas, o processo de dizimação das populações indígenas.

Dentro de 30 anos, 57 tribos indígenas, entre as quais a dos Xavantes, estarão extintas no Brasil, segundo pesquisa realizada por antropólogos, que salientam ser a garantia de posse da terra fator fundamental para a

⁶⁹ Jornal O Estado de Mato Grosso - 18/08/72

preservação de uma população silvícola. Atualmente, existem no País 143 grupos indígenas.

A pesquisa cita o exemplo da sensível redução registrada na população Xavante, que era de 6 mil índios, quando foi pacificada em 1945. hoje, existem apenas 1800 Xavantes, numero que deveria ser 12 mil, segundo a taxa media de crescimento demográfico de 2,8% ao ano. Mantendo-se esta taxa, até o final do século, os Xavantes estarão definitivamente extintos.⁷⁰

Em 1973 o jornal O Estado de Minas também traz a problema do processo de exterminação das populações indígenas.

As tribos indígenas do Brasil serão exterminadas pela colonização e a exploração econômica, a menos que sejam adotadas medidas de emergência para salvaguardar as terras que habitam. A conclusão é de estudo divulgado em Londres.⁷¹

Ao longo da História brasileira, a imagem do índio foi apropriada pela “classe dirigente”, a partir dos seus interesses econômicos e políticos. A reportagem intitulada “situação do índio na América Latina” do Jornal o Estado de São Paulo em 1971 , registrou:

“Situação do índio na América Latina

Desenvolvimento?

Fiquemos por aqui, pois do contrario iríamos encher pagina de jornal, com esse mostruário.

⁷⁰ Jornal O Estado de São Paulo 22/05/71

⁷¹ Jornal O Estado De Minas 12/01/73

O que se conclui disso tudo, é que o Brasil realmente não tem uma política indigenista. Em nome dessa coisa implacável que o mito do desenvolvimento, as terras dos índios, que lhes foram e estão sendo tomadas, continuarão a ser-lhes usurpadas, para a construção de estradas, as extrações de minerais, a aberturas de fazendas de gado, o corte de arvores, a extração de borracha. Os homens que se metem nessas empreitadas não tem nenhuma contemplação para com os índios, os quais não consideram seus semelhantes, nem tem escrúpulos em deles abusar de todas as maneiras. A Funai, dirigida com mentalidade de operação de guerra, perde sucessivamente os poucos e bons indigenistas que possuímos, e que se desesperam com a inutilidade de seus esforços no sentido de um contato pacífico que acaba sempre constituindo-se um logro aos índios, pois nenhum acordo, com eles foi feito, é respeitado; desenvolvimento e o nome com que encobre o interesse dos grupos privado, que ambicionam as terras indígenas , e que de uma forma ou de outra acabam encontrando o patrocínio governamental. Desenvolvimento é no caso, o rotulo que esconde a brutalidade com que tão dedicado assunto vem senso ate aqui conduzido.⁷²

O jornal do Estado de São Paulo resumiu nesta reportagem o teor problemático das populações indígenas no Brasil. Sem sombra de dúvida, os interesses do Projeto de Integração Nacional, anunciado pelo presidente Médici em outubro de 1970, tendo como “carro chefe” a Rodovia Transamazônica, onde mobilizou os órgãos governamentais - FUNAI, DNER, INCRA, em prol de um “discurso emocionante” no intuito de atender às necessidades dos marginalizados e “miseráveis” Nordestinos foi contrário a pratica governamental ao longo do governo Médici 1969-1974. Segundo o jornalista, a política desenvolvimentista “encobre os interesses dos grupos privado, que ambicionam as terras indígenas”. O jornalista continua, as terras indígenas foram “tomadas” “usurpadas” e invadidas pelos “grupos privados”, apoiados pelo governo brasileiro na década de 70.

⁷² Jornal O Estado de São Paulo - 27/08/72

Portanto, o mito de desenvolvimento que permeou e permeia nossa sociedade “dita civilizada”, traz consigo o germe do desrespeito para com os marginalizados da sociedade, e no período de 60 e 70 o “mito” justificou o extermínio de milhares de pessoas indígenas, deixando um rastro de miséria às margens das rodovias construídas, principalmente a Rodovia Transamazônica.

*Longe de suas terras, esquecidas suas tradições, corrompida sua cultura, um grupo de índios tupi-guarani luta pela sobrevivência em São Paulo. Marginalizados, maltrapilhos e subnutridos, os indígenas habitam atualmente uma área bastante arborizada, as margens da represa de Guarapiranga, onde fazem arcos e fechas, bordunas e colares – única arte que conhecem, que são vendidos para a compra de alimentos.*⁷³

Mas cabe ressaltar neste trabalho que ao longo de nossa história os conflitos entre “populações indígenas” e “o homem civilizado”. Percebemos esta resistência a partir da carta aberta dos professores e lideranças guaranis, que mesmo com os conflitos e perdas das populações indígenas brasileiras durante os 500 anos, eles estão vivos e lutando, para que os seus espaços na sociedade sejam respeitados.

“ Nós, professores e lideranças Guarani reunidos na aldeia de Sapukai nos dias de 28 fevereiro a 04 de abril na aldeia Guarani de Sapukai/RJ, no I Encontro Nacional de Educadores Guarani – vindos dos estados de SC, MS, ES, SP, PR e RJ – relembrando a nossa história juntos com outros parentes, afirmamos que o nosso povo existe a milhares de anos, e tem seus costumes, tradições e jeito próprio de ser. Nestes últimos 500 anos, o mundo não-índio não fez mais do que desrespeitar nosso jeito de ser, se interessando apenas

⁷³ Jornal O Estado de São Paulo 15/07/73

por nossas riquezas, nossas matas, nossos rios. O mundo não-índio, sempre nos mostrou sua pior face, sempre tentando nos domesticar com sua religião e força bruta, falando que nós não somos "civilizados", mas nos mostrando uma civilização com cara de anjo e coração de lobo. Nos dividindo para impor um outro modo de ser, através das fronteiras nacionais e a tutela do estado. Pedro Cabral e os jesuítas ainda estão vivos e a conquista continua, nas mortes de Marçal Tupã, Xicão Xucuru, Galdino Pataxó e na impunidade de seus assassinos.

Por esse motivo, nós, o povo Guarani, não comemoramos estes 500 anos de destruição, que o estado brasileiro vem insistindo em festejar de forma enganosa e mentirosa, não só para os povos indígenas, mas também para as classes populares do Brasil. Durante 500 anos cortaram nossos galhos, queimaram nossos troncos, mas não conseguirão destruir nossas raízes, pois, com as lágrimas de Nanderu Tupã os galhos que foram cortados brotarão. Isso é o que pensa os educadores e lideranças Guarani, não a conquista, não a conquista, não as comemorações.”⁷⁴

Logo, os educadores “índios” negam as comemorações dos 500 anos do “descobrimento”, pois “O mundo não-índio, sempre nos mostrou sua pior face, sempre tentando nos domesticar com sua religião e força bruta, falando que nós não somos "civilizados". Os 500 anos representaram para “o índio” a negação de sua cultura.

A partir desse contexto, vale ressaltar que o livro didático por ter um papel importante na construção do processo ensino aprendizagem, seu conteúdo deve ser elaborado a partir de reflexões íntegras, principalmente em relação às populações indígenas brasileira, pois ajudaria a sociedade a desmistificar a construção da imagem dos “índios” como “preguiçosos”, “atrasados” “selvagens” etc.

⁷⁴ CARTA ABERTA – OUTROS 500 Nós, professores e lideranças Guarani reunidos na aldeia de Sapukaí nos dias de 28 fevereiro a 04 de abril na aldeia Guarani de Sapukaí/RJ, no I Encontro Nacional de Educadores Guarani – vindos dos estados de SC, MS, ES, SP, PR e RJ –)

A partir da desconstrução da imagem estereotipada do índio na sociedade brasileira, penso que as políticas desenvolvimentistas, em qual for o período, não teriam argumentos calcados em (pré) conceitos, para justificarem a destruição das populações indígenas, e as “classes populares” não compartilharam com as políticas da classe “dominante”.

O processo da construção de uma mentalidade para com os índios, somente fará, se os meios que veiculam a imagem estereotipa, mudarem da concepção de atender as classes dominantes, no caso do livro didático, tem que haver um debate sério em torno das políticas educacionais no Brasil, reformulando os conteúdos, pois a culpa não é dos professores de história que contêm em suas entranhas o preconceito para com as populações indígenas, mas das políticas pedagógicas, mercadológicas, governamentais que norteiam o universo da educação.

Esse trabalho foi uma tentativa de resgatar, através dos livros didáticos, a consciência em torno das populações indígenas brasileira, sabendo que não se esgotará o diálogo, mas para o pequeno público leitor desse trabalho, peço que, ao olhar para os conflitos recentes, não compactuem com as políticas desenvolvimentistas propostas por políticos que visam riquezas para os dominantes e pobreza para os dominados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha decisão de estudar as populações indígenas através do livro didático no período do governo Médici no Brasil, esta ancorada na preocupação de questionar e compreender ausência da temática indígena nos currículos pedagógicos. Pois, estudamos na escola o período do “milagre econômico” com as benevolências para o país, mas não estudamos as conseqüências malévolas para as pessoas envolvidas diretamente.

Fizemos um breve histórico das políticas educacionais no campo do livro didático, percebemos que o livro didático no Brasil não teve história própria, e que as construções estereotipada do “índio”, principalmente do Segundo Império influenciaram os conteúdos.

Analisamos o discurso “emocionado” do Presidente Médici proferido na Amazônia com o aparato cívico, anunciando a construção da Transamazônica e o incentivo para que esta região ganhasse vida tanto industrial quanto populacional.

Através do contexto econômico da região Amazônica, percebemos que as populações indígenas foram vitimas por vários setores de exploração e lutaram para sua sobrevivência. Nesse sentido focalizamos os encontros das populações indígenas no encontro com os trabalhadores da rodovia Transamazônica.

Muitos são as populações indígenas exterminadas e marginalizadas ao longo da historia brasileira. A temática não se esgota nesta pesquisa, principalmente, analisando os livros do período de 80-90, pois eles continuam abordando a temática indígena no período do “Milagre econômico” com as mesmas referencias das do período de 70, e a cobiça pelas suas terras enchem as colunas dos jornais nacionais, pois os conflitos persistem, exemplo real, são as invasões constantes nas reservas dos Cirtas Largas pelos garimpeiros e industrias mineradora.

FONTES DOCUMENTAIS:

CARTA ABERTA – OUTROS 500 Nós, professores e lideranças Guarani reunidos na aldeia de Sapukaí nos dias de 28 fevereiro a 04 de abril na aldeia Guarani de Sapukaí/RJ, no I Encontro Nacional de Educadores Guarani – vindos dos estados de SC, MS, ES, SP, PR e RJ –)

Médici, Emilio Garrastazu – Discurso Proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 08/10/70

JORNAIS - 1970 a 1974 - O Estado de São Paulo, O Estado de Mato Grosso, O Estado de Minas Gerais, O Correio de Uberlândia, Sucursal de Brasília, Tribuna de Minas, Fonte desconhecida .

REVISTAS - 1960 A 1970 - Fatos e Fotos R.J. , Veja

LIVROS DIDÁTICOS - 1970

Lage & Moraes – Maria Efigênia Lage de Resende – Ana Maria de Moraes – Historia Fundamental do Brasil: Estudo dirigido e pesquisa Volume 2. ed. Bernardo Álvares s/a. BH.1972

Teixeira, Francisco M. P. – Jose Dantas – Estudos de Historia do Brasil volume II império e republica. Ed. Moderna Ltda. SP. 1974.

Santos Maria Januária Vilela – Historia do Brasil: 6ª serie 1º grau- 3 ed. SP. Ática.1975.

Torres, João Camillo de Oliveira - Estudos Sociais: Educação Moral e Cívica volume II . Edições Júpiter. 1973 –3ª edição.

Valuce, Ládmo – Historia do Brasil – ensino de primeiro grau. Ed. Do Brasil S/A.SP.1973

BIBLIOGRAFIA

Chauí, Marilena – Brasil mito fundador e sociedade autoritária – São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 2000

Davis, Shelton H. – Vitimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil – . – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

Freitag, Bárbara – o livro didático em questão/ Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta, Wanderley Ferreira da Costa. – São Paulo: Cortez:Autores Associados,1989

Grupioni, Luis Donisete Benzi – Índios no Brasil/org. Por Luis Donisete Benzi Gruoioni. São Paulo:secretaria Municipal de Cultura, 1992.

--- . A temática indígena na escola: novos subsidios para professores de 1º e 2º graus/org. Aracy Lopes da Silva e Luis Donisete Benzi Grupioni – Brasília: Mec/Mari/Unesco, 1995.

Oliveira, João Batista Araújo – A política do livro didático/João Batista Araújo e Oliveira, Sonia Dantas pinto Guimarães, Helena Maria Bousquet Boméry. – São Paulo: Summus; Campinas: ed. Universidade Estadual de Campinas, 1984.

Ribeiro, Darcy – Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed.- Petrópolis: Vozes, 1986.

Sá, Nicanor Palhares, 1944 – Políticas educacionais e populismo no Brasil – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.